

Ministério da Cultura
Secretaria de Políticas Culturais

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Brasília, março de 2012

Ministério da Cultura
Secretaria de Políticas Culturais

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Brasília, março de 2012

Sumário

Lista de siglas.....	2
Lista de tabelas e declarações	3
i Identificação.....	5
1.1 Relatório de gestão individual.....	5
ii Introdução.....	6
iii Desenvolvimento	7
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da UJ.....	7
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	7
2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	11
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	17
2.3.1 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	17
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	18
2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro	22
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	22
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	23
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	24
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas	25
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas	26
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	28
2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação.....	31
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	32
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	33
2.4.7 Indicadores Institucionais	34
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	35
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	35
5. Informações sobre recursos humanos	37
6. Informações sobre transferências de recursos	42
7. Atestados referentes às informações disponibilizadas no SIASG e SICONV.....	53
8. Declarações de bens e rendas	55
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	55
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	55
iv Resultados e Conclusões.....	58
30.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada.....	59

Lista de siglas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBI – Centro Brasileiro de Informações sobre Direitos Autorais
CGAPC – Coordenação-Geral de Acompanhamento da Política Cultural
CGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do MinC
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CNC – Conferência Nacional de Cultura
CNDA - Conselho Nacional dos Direitos Autorais
CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural
DDI – Diretoria de Direitos Intelectuais
DGI – Diretoria de Gestão Interna
DLLL – Diretoria do Livro, Leitura e Literatura
ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
Funarte – Fundação Nacional de Artes
GIPI - Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual
ICD - Intercâmbio de Conteúdos Digitais
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNBL – Programa Nacional de Banda Larga
PNC – Plano Nacional de Cultura
PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
 SBAT – Sociedade Brasileira de Autores
 SCCR - Standing Committee on Copyright and Related Rights (Comitê Permanente de Direito Autoral)
 SICSUR – Sistema de Informações Culturais do MERCOSUL
 SID – Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
 SNIIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
 SPC – Secretaria de Políticas Culturais

Lista de tabelas e declarações

1-Quadro A.1.1 - Identificação das UJ - Relatório de Gestão Individual.....	5
2-Quadro A.2.2 - Execução Física das Ações Realizadas Pela UJ.....	18
3-Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	22
4-Quadro A.2.4.1 Programação de Despesas Correntes – 420028.....	23
5-Quadro A.2.4.2 Programação de Despesas Correntes – 340028 – Fundo Nacional de Cultura.....	23
6-Quadro A.2.5.1 - Programação de Despesas Capital – 420028	24
7-Quadro A.2.5.2 - Programação de Despesas Capital – 340028 – Fundo Nacional de Cultura	24
8-Quadro A.2.6.1 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência – 420028	25
9-Quadro A.2.6.2 Resumo da Programação de Despesas – 340028 – Fundo Nacional de Cultura	25
10-Quadro A.2.7.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – 420028 – Ministério da Cultura.....	26
11-Quadro A.2.7.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - 340028 – Fundo Nacional de Cultura	27
12-Quadro A.2.8.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ – Administração Direta - 420028	28
13-Quadro A.2.8.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ – Fundo Nacional de Cultura - 340028	28
14-Quadro A.2.9.1 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ – Administração Direta - 420028	29
15-Quadro A.2.9.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ – Fundo Nacional de Cultura - 340028	29
16-Quadro A.2.10.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ – Administração Direta – 420028	30
17-Quadro A.2.10.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ – Fundo Nacional de Cultura - 340028	30
18-Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – Administração Direta - 420028	31
19-Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – Fundo Nacional de Cultura – 340028.....	32
20-Quadro A.2.12.1 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – Administração Direta - 420028	32
21-Quadro A.2.12.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – Fundo Nacional de Cultura - 340028	33
22-Quadro A.2.13.1 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Administração -Direta - 420028.....	33
23-Quadro A.2.13.2 despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Administração -Direta - 340028.....	34
24-Quadro A.4.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores UG 420028 – Ministério da Cultura	35
25-Quadro A.4.1.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores UG 340028 – Fundo Nacional de Cultura ...	36
26-Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada em 31/12	37
27-Quadro A.5.2 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação em 31/12	37
28-Quadro A.5.3 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro de 2012).....	38
29-Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12.....	38
30-Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12.....	39
31-Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de Dezembro	39
32-Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12	39
33-Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	40
34-Quadro A.5.9 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada	41
35-Quadro A.5.10 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provedimento Adicional Autorizados	41

36-Quadro A.6.1.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência - 420028	42
37-Quadro A.6.1.2 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência - 340028	44
38-Quadro A.6.2.1 – Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos Três Últimos Exercícios - 420028	46
39-Quadro A.6.2.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos Três Últimos Exercícios - 340028	46
40-Quadro A.6.3.1 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes - 420028	47
41-Quadro A.6.3.2 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes – 340028	47
42-Quadro A.6.4.1 – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse - 420028	48
43-Quadro A.6.4.2 – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse - 340028	49
44-Quadro A.6.5.1 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse - 420028	50
45-Quadro A.6.5.2 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse - 340028	51
46-Quadro A.8.1 - Demonstrativo do Cumprimento, Por Autoridades E Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a Dbr	55
47-Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ	55
48-Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício	59
49-Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria	60
50-Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)	60

i Identificação

1.1 Relatório de gestão individual

1-QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura			Código SIORG: 1926
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Políticas Culturais			
Denominação abreviada: SPC			
Código SIORG: 75694	Código LOA: 42101		Código SIAFI: 420028
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Regulação das atividades de serviços culturais			Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax de contato:	(61) 2024-2222	(61) 2024-2221	(61) 2024-2180
E-mail: politicas.culturais@cultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.cultura.gov.br/site/o-ministerio/secretarias/secretaria-de-politicas-culturais/			
Endereço Postal: SCS Quadra 9 Lote C Ed. Parque Cidade 10º andar. Brasília – DF. CEP 70308-200			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 5.711, de 24 de fevereiro de 2006, revogado pelo Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 28, de 20 e junho de 2007, revogada pela Portaria nº 110, de 19 de novembro de 2009			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
420028	Secretaria de Políticas Culturais		
340028	Secretaria de Políticas Culturais		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
000001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
420028 – Secretaria de Políticas Culturais		000001 – Tesouro	
340028 – Secretaria de Políticas Culturais		000001 – Tesouro	

ii Introdução

O presente relatório está estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativo TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011. No primeiro momento, são apresentadas a identificação da Unidade Jurisdicionada e as suas principais responsabilidades e áreas de atuação. A seguir, colocamos, em itens, os objetivos que haviam sido traçados para o ano de 2011, para, logo após, apresentarmos as principais realizações dentro das mesmas classificações de itens, o que, em nossa percepção, facilita a análise comparativa. Posteriormente, são apresentadas as ações orçamentárias, com a exposição de suas execuções e um relato do acompanhamento dos projetos.

Os itens a seguir da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não constam deste Relatório Individual da Secretaria de Políticas Culturais, fazendo parte assim do Relatório Consolidado da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, pois trazem informações que concernem a toda a estrutura da pasta: (5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos, (11) Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário e (12) Gestão da Tecnologia da Informação (TI). O mesmo acontece com os Quadros A.5.8, A.5.12, A.5.13, A10.1, A11.1, A11.2, A11.3, A15.4 que também estarão no Relatório Consolidado da Secretaria Executiva.

Também não constam do presente Relatório os Itens (3) Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de recursos, (13) Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal, (14) Informações sobre Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ, (15) Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU, (16) Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno e o Quadro A.3.1, pois não houve ocorrência no ano de 2011 no âmbito desta Secretaria.

Em atendimento ao que é solicitado na Parte C do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, informamos que o Quadro C.38.3 não será preenchido, pois esta UJ não formalizou Termos de parceria nos anos de 2009 e 2010. Cabe destacar, no entanto que houve em 2010 descentralização orçamentária da SPC no valor de R\$ 3,8 milhões para a Sociedade de Amigos da Cinemateca para Termo de parceria firmado por outra UJ — Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. O Quadro C.38.5 também não será incluído uma vez que a formalização de Termo de Parceria por esta Secretaria só ocorreu em abril de 2011 e que, portanto o período jurisdicional do relatório não compreende prestações de contas do termo firmado. O mesmo ocorre com o Quadro C.38.6, em que a solicitação de informações não compreende os fatos decorrentes da assinatura do citado Termo de parceria também em 2011.

Sob o novo mandato do Executivo iniciado em 2011, a SPC restituiu suas atribuições de formulação e desenvolvimento de políticas públicas na área da cultura, deixando, em grande medida, o apoio direto a projetos finalísticos nas diversas linguagens culturais a cargo de outras Secretarias e Instituições Vinculadas ao Ministério da Cultura, diferentemente do que ocorreu em 2010. Além disso, também sob a nova orientação estratégica, as atividades ligadas à Economia Criativa/Economia da Cultura saíram do escopo de trabalho da SPC, tendo sido repassadas a outra Secretaria, de maneira a garantir maior espaço para elas na agenda da pasta, pela importância do assunto na atual conjuntura mundial. Em consequência desses novos desafios, houve remoção de pessoal e reescalonamento de cargos na estrutura da Secretaria.

No campo da gestão da política cultural, é preciso destacar que em função da Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC), a SPC ficou encarregada por coordenar o processo de elaboração das metas de desenvolvimento institucional e cultural previstos para os 10 (dez) anos de vigência do Plano. Assim, em 13 de dezembro de 2011, a Ministra Ana de Hollanda, apresentou as 53 metas do PNC, que receberam contribuições da sociedade e de gestores públicos por meio de consulta pública.

Em consonância com essa Lei, foi atribuído à Coordenação-Geral de Cultura Digital da Secretaria o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Diante disso, a Coordenação-Geral trabalhou na definição do conceito do SNIIC, na sua articulação com o Sistema MinC e, em colaboração com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do MinC (CGTI), na busca por um arranjo que pudesse viabilizar a consecução do projeto.

Adicionalmente, a Secretaria, em função das orientações da nova gestão da Presidenta Dilma Rousseff, buscou reaproximação com o Ministério da Educação para implementação de ações conjuntas entre as pastas, o que foi formalizado por meio de termo de cooperação técnica nº 001/2011, processo nº 01400.037643/2011-20.

Promoveu-se também intenso trabalho do qual resultou o envio, para a Casa Civil da Presidência da República, de anteprojeto de Lei de Direito Autoral, com ampla revisão da legislação existente, construção da qual participaram diversos atores envolvidos com o tema.

iii Desenvolvimento

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da UJ

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

De acordo com o Decreto n.º 6.835/2009, que fornece estrutura regimental do Ministério da Cultura, e com a Portaria n.º 110/2009, expedida por esse Ministério, que define o regimento interno da Secretaria de Políticas Culturais, duas diretorias compõem a Secretaria de Políticas Culturais: a Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais e a Diretoria de Direitos Intelectuais. Informalmente, a Coordenação de Cultura Digital é parte integrante da Secretaria, bem como foi agregada a sua estrutura cargos que deverão dar origem a uma diretoria voltada para assuntos que tangenciam cultura, educação e comunicação, conforme orientação da Ministra de Estado da Cultura para ampliação de ações conjuntas com o MEC. A SPC tem como atribuição apoiar o desenvolvimento e monitoramento da política cultural definida pelo Ministério, bem como atuar no campo da regulamentação da legislação cultural.

Assim, ao longo de 2011, a estrutura da SPC foi determinada por assunto estratégico, dando origem à seguinte estrutura informal:

- 1) Secretário (estrutura formal)
- 2) Gabinete (estrutura formal)
- 3) Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais (estrutura formal)
 - 3.1) Coordenação-Geral de Acompanhamento da Política Cultural (estrutura formal)
 - 3.2) Coordenação-Geral de Cultura Digital (estrutura informal)
- 4) Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura (estrutura informal)
 - 4.1) Coordenação-Geral de Cultura e Educação (estrutura informal)
 - 4.2) Coordenação-Geral de Cultura e Comunicação (estrutura informal)
- 5) Diretoria de Direitos Intelectuais (estrutura formal)
 - 5.1) Coordenação-Geral de Regulação em Direitos Autorais (estrutura formal)
 - 5.2) Coordenação-Geral de Difusão de Direitos Autorais e Acesso à Cultura (estrutura formal)

Assim, a SPC teve transferida para outro órgão da estrutura do MinC as atribuições referentes à Economia da Cultura, tendo em vista a pretensa futura criação de uma Secretaria de Economia Criativa.

Ressalta-se que o arranjo na estrutura de cargos posta em prática ao longo de 2011 consta de proposta da pasta em negociação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dessa forma, a SPC, que integra a coordenação executiva do Plano Nacional de Cultura, juntamente com a Secretaria Executiva e a Secretaria de Articulação Institucional, ficou responsável, através da Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais, por realizar o processo de elaboração das metas do Plano para os 10 (dez) anos de sua vigência.

A Lei 12.343/2010 também destaca como responsabilidades do Ministério da Cultura o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, com vistas a propulsionar o campo da economia da cultura, e o apoio técnico e financeiro, quando possível, para parcerias e acordos de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, para que esses formulem seus planos de cultura. A execução destas tarefas compete também à SPC, assim como coordenar e subsidiar a formulação, a implementação, o desenvolvimento, monitoramento e avaliação das políticas públicas do Ministério, bem como sintetizar, organizar e divulgar informações e pesquisas estatísticas dos campos da cultura e das ações do Ministério.

A Diretoria de Direitos Intelectuais, por sua vez, tem como missão a formulação, implementação e avaliação da política do Ministério da Cultura referente aos direitos autorais e aos conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais no âmbito da propriedade intelectual; integrar as instâncias intergovernamentais que tratam das temáticas relacionadas a esses direitos; promover, orientar, supervisionar e realizar atividades relacionadas à gestão e à difusão dos princípios e objetivos dos direitos autorais; avaliar e difundir formas alternativas de licenciamento de obras intelectuais protegidas por direitos autorais; propor medidas normativas que mediem os conflitos e interesses entre o criador, o investidor e o usuário final de obra protegida por direitos autorais; subsidiar atos relativos ao cumprimento e ao aperfeiçoamento da legislação sobre direitos autorais, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais, nas ordens interna e internacional, inclusive aquelas relacionadas com os aspectos dos direitos intelectuais relacionados ao comércio de bens intelectuais; acompanhar as negociações de acordos, tratados e convenções internacionais sobre direitos autorais, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais, e orientar providências relativas aos referidos atos internacionais já ratificados pelo Brasil; propor medidas normativas de caráter geral, coordenar, apoiar e orientar as atividades de registro de obras intelectuais protegidas por direitos autorais; estimular a criação, modelos e aperfeiçoamento de associações de gestão coletiva de direitos autorais; e apoiar e promover a difusão, o ensino e a pesquisa em direito autoral, bem como a formação de recursos humanos, com perfis profissionais, que respondam a demandas da área de direitos autorais e, no que couber dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais.

Incumbem, também, à SPC, e mais especificamente à Coordenação de Cultura Digital, o estudo, avaliação e formulação de políticas que permeiam o campo das tecnologias digitais e o ambiente conectado em rede e seus impactos no campo cultural, seja na criação, produção, reprodução, preservação, distribuição e armazenamento.

À área de educação e comunicação compete formular e acompanhar o desenvolvimento e a integração de políticas públicas de cultura às de educação junto aos órgãos e entidades vinculadas do Ministério da Cultura; formular e acompanhar o desenvolvimento e a integração de políticas públicas de cultura às de comunicação junto aos órgãos e entidades vinculadas do Ministério da Cultura; promover um sistema articulado de ações entre as diversas instâncias de governo e veículos públicos de comunicação, de modo a garantir o fomento à difusão de conteúdos culturais e educativos; elaborar, em parceria com os órgãos de educação, ciência e tecnologia e pesquisa, políticas de formação e capacitação de educadores e pesquisadores para a proteção e a promoção da

diversidade cultural brasileira; articular programas, projetos e ações entre os órgãos de cultura e educação municipais, estaduais e federais e organizações da sociedade civil; incentivar a pesquisa, o mapeamento e a elaboração de materiais didáticos para difusão de conteúdos artístico-culturais, étnicos, de educação patrimonial e da diversidade cultural; incentivar a aproximação entre educação formal e não formal; estimular políticas públicas de extensão universitária em parceria com as proreitorias de cultura e extensão para a pesquisa, difusão e fortalecimento da diversidade das expressões culturais, com ênfase nas universidades públicas e centros de formação técnica e profissionalizante; formular e promover políticas de incentivo a rádios e TVs comunitárias e iniciativas de mídia livre.

Criada, informalmente, em abril de 2011 a Diretoria de Educação e Comunicação assumiu, por meio da Coordenação de Cultura e Comunicação, a tarefa de desenvolvimento de políticas transversais que promovam a integração entre comunicação e cultura com vistas à ampliação do exercício do direito à liberdade de expressão cultural e de comunicação promovendo redes e consórcios para sua implementação.

Por fim, cabe ressaltar nesta introdução que, apesar de não fazer parte das atribuições institucionais da Secretaria, o Secretário de Políticas Culturais, Sérgio Duarte Mamberti, foi designado Comissário-Geral do Festival Europália.Brasil, festival bienal que ocorre na Bélgica e que em 2011 teve o Brasil como país homenageado. Foram realizadas diversas àquele país ao longo de 2011 que culminaram na sua abertura oficial no dia 04 de outubro de 2011.

Nesta próxima seção do relatório, serão apresentados os principais objetivos estratégicos da Secretaria de Políticas Culturais, traçados de acordo com suas responsabilidades institucionais.

- A Coordenação-Geral de Acompanhamento da Política Cultural, da Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais teve seus objetivos traçados sob três linhas:

Regulamentação da Lei nº 12.343/2010 (PNC)

Conforme estabelecido na Lei nº 12.343/2010 (PNC), as atividades previstas para sua regulamentação são a instituição da Coordenação Executiva do PNC e do SNIIC, a publicação das Metas até 2020 do Plano e a implantação efetiva do SNIIC.

Elaboração das Metas do PNC

- Criação do GT MinC PNC objetivando reunir, consolidar, validar e disponibilizar informações necessárias à implementação do PNC em articulação com todos os órgãos e instituições vinculadas do Ministério da Cultura;
- oficina preparatória com o CNPC para a construção da metodologia de elaboração das metas do PNC;
- consulta pública via plataforma digital, aos colegiados do CNPC, delegados das pré-conferências e da II CNC, representantes de setores;
- realização de seminários em diversos estados brasileiros para explicar o Plano Nacional de Cultura, seus objetivos e angariar a adesão voluntária para o processo de determinação das metas previstas na Lei;
- realização de oficina com os órgãos e instituições vinculadas do MinC, CNPC, Colegiados, representantes da sociedade civil e do poder público para análise das contribuições apresentadas durante a Consulta Pública;
- elaboração de versões intermediárias e da versão final das Metas do PNC; e
- aprovação da versão final das metas no Sistema MinC e CNPC.

Monitoramento das metas do PNC

- Uma tarefa a ser realizada pela coordenação a partir de 2011 é a classificação preliminar das metas e desenvolvimento de um cronograma de trabalho para 2012.

- Coordenação de Cultura Digital:

Em consonância com a Lei 12.343/2010 (PNC), foi atribuída à Coordenação-Geral de Cultura Digital o desenvolvimento do SNIIC. O objetivo desse sistema é permitir que em um único lugar, todos os agentes possam ter acesso às informações do segmento cultural, além de poderem alimentar o banco de dados com informações culturais atualizadas. A partir da implantação do SNIIC, o Brasil se iguala a outros países da América Latina que já possuem um banco de dados cultural: Argentina, Uruguai, Colômbia e México, além do próprio Mercosul.

A meta do Ministério da Cultura é que até 2020 todas as unidades da federação possam atualizar o sistema e pelo menos 60% dos municípios brasileiros coloquem suas informações no banco de dados. Também se pretende que, em oito anos, todas as bibliotecas públicas do país e 70% dos museus e arquivos disponibilizem informações sobre seus acervos no SNIIC.

Com o sistema implantado, o cidadão poderá, por exemplo, saber se existe um equipamento cultural perto de sua casa. Por outro lado, governos poderão trocar informações online e ter acesso a dados sem burocracia.

Para a implementação do sistema no Brasil, é objetivo da Coordenação o estabelecimento de interfaces com experiências exitosas de tecnologia da informação na área da cultura, principalmente com países do Mercosul.

- Em referência às ações que promovem a interface entre cultura e educação e cultura e comunicação, por meio de estrutura composta informalmente para dar origem à futura Diretoria de Educação e Comunicação para Cultura, podemos destacar:

Criada em abril de 2011, a Diretoria de Educação e Comunicação assumiu como tarefa fundamental o desenvolvimento de políticas transversais que promovam a integração entre educação e cultura com vistas a fazer da escola o grande espaço para a circulação da cultura brasileira, para o acesso aos bens culturais e para o respeito à diversidade e pluralidade da cultura nacional. Dessa forma, as atividades da Coordenação de Geral de Educação estão voltadas para a formulação e a para a implementação de uma política que promova a interface entre educação e cultura, de maneira a abranger a formação para a cidadania, o ensino da arte nas escolas de educação básica, o compromisso das universidades com a promoção da cultura e da diversidade e o ensino profissionalizante no que tange à economia da cultura.

No tocante à interface entre comunicação e cultura, a tarefa fundamental é o desenvolvimento de políticas transversais que promovam a integração com vistas à ampliação do exercício do direito à liberdade de expressão cultural e de comunicação promovendo redes e consórcios para sua implementação. A Coordenação-Geral de Cultura e Comunicação foi recentemente estruturada, tendo sido o primeiro servidor nomeado em setembro de 2011.

- No que tange à área de direitos autorais, destacam-se os seguintes objetivos:

No ano de 2011 a Diretoria de Direitos Intelectuais teve como principal objetivo a conclusão dos trabalhos para envio, para a Casa Civil da Presidência da República, de anteprojeto de modernização da Lei de Direito Autoral, com ampla revisão da legislação existente. O ambiente digital em permanente transformação e as novas tecnologias representam um grande desafio à proteção dos direitos do autor ao mesmo tempo em que ampliam o acesso do consumidor de cultura a todo tipo de obra, nos mais diversos suportes. A proposta de modernização deveria, portanto buscar maior equilíbrio entre os direitos de quem cria e os direitos de quem usufrui.

Tal legislação tem também como base os acordos internacionais sobre o tema. Assim, a DDI objetivou acompanhar e participar das principais negociações nesse campo, porque a propriedade intelectual e o direito autoral demandam e possuem uma regulação internacional, pois têm por objeto bens considerados globais, ou seja, bens econômicos que por sua natureza imaterial têm dimensão, naturalmente, transfronteiriça.

Parte importante do trabalho da DDI se refere ao acompanhamento dos trabalhos do Congresso Nacional referentes à estrutura e a conjuntura do direito autoral, o que demanda um trabalho constante de aprofundamento sobre os assuntos pertinentes à estrutura de arrecadação de direitos e uma análise dos aspectos econômicos e concorrenciais envolvidos.

A Diretoria de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura é detentora de um considerável acervo bibliográfico, herança do antigo Conselho Nacional dos Direitos Autorais (CNDA), de grande valor histórico, contendo exemplares, quase na sua totalidade, de obras cujos temas tratam de Direitos Autorais e outros temas correlatos, sendo inclusive algumas consideradas raras e outras que foram sendo adquiridas no decorrer destes últimos anos pela própria Diretoria.

Grande parte desse acervo é herança do antigo Centro Brasileiro de Informações sobre Direitos Autorais (CBI), que era inclusive determinado por Lei. Atualmente é usado apenas pelos próprios Técnicos da área, quando do desenvolvimento de seus trabalhos e pesquisas.

2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

Nesta seção serão expostas as principais realizações e estratégias da Secretaria de Políticas Culturais numa comparação com os objetivos que haviam sido traçados.

- Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais - Coordenação-Geral de Acompanhamento da Política Cultural:

Plano Nacional de Cultura – Elaboração das metas

A Lei n. 12.343/10 - que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC) cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências - foi sancionada em 2 de dezembro de 2010, e reconhece o PNC como um mecanismo de planejamento de políticas públicas para médio e longo prazo. Também determina que sejam definidas as metas para os dez anos de sua vigência. O Plano Nacional de Cultura reflete as diretrizes elaboradas e pactuadas entre Estado e sociedade.

Como desafios para 2011, a Lei que institui o PNC definia a necessidade de instituir a Coordenação Executiva do Plano e do SNIIC e o estabelecimento das metas.

A Coordenação Executiva foi instituída por meio da Portaria 120 de 05 de dezembro de 2011.

Quanto à elaboração das metas, a estratégia adotada pela SPC foi de envolvimento de todo o Sistema MinC e da sociedade como um todo, por meio de vários momentos de discussão pública. O Conselho Nacional de Política Cultural foi nomeado como o lócus de debate, visto que consiste em espaço de ampla representatividade da sociedade civil e órgãos públicos.

O processo de elaboração das metas foi marcado por intensa participação social e transparência. As metas estabelecidas sinalizam o resultado das ações presentes no Plano e apontam o cenário que se deseja para a cultura em 2020. Todo processo foi auxiliado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Via Pública - Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público, escolhida por meio de chamada pública de projetos, com a qual a SPC formalizou termo de parceria.

Foi então elaborada uma primeira versão das metas do Plano, construídas sobre as 275 ações do PNC, que foi colocada em consulta pública, com objetivo de receber contribuições da sociedade civil e de gestores públicos da área da cultura.

A consulta pública aconteceu via plataforma colaborativa e participativa disponível no site do Ministério – www.cultura.gov.br e por meio de debates em todas as regiões do país e com os diversos setores da cultura. Na plataforma digital os participantes puderam comentar as metas, propor alterações ou sugerir novas. Durante 50 dias o Ministério da Cultura recebeu contribuições da sociedade civil e de gestores públicos. Ao final do processo, a plataforma teve 6.342 visitantes, das diversas regiões do país, as 48 metas propostas receberam um total de 488 contribuições e foram apresentadas 62 sugestões de novas metas. Além disso, foram recebidas 59 propostas para alteração da ementa da meta.

Durante o período de Consulta Pública, o Ministério da Cultura (MinC) participou de diversos eventos com o intuito de divulgar e esclarecer o processo de elaboração das metas do PNC. Em menos de 30 dias foram realizados 13 eventos, entre Seminários, Fóruns e Audiências Públicas, em 11 Estados do Brasil: Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Ceará e Pernambuco. Vários desses eventos foram transmitidos ao vivo e puderam ser acompanhados também pelo twitter, pela twitcam e webTV.

Além dos encontros e seminários, o MinC proporcionou reuniões de todos os colegiados setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) nas quais os representantes dos setores se debruçaram sobre as metas propostas e produziram relatórios com sugestões. Tais reuniões geraram 157 contribuições dos colegiados de artes visuais, circo, culturas indígenas, culturas populares, dança, livro, leitura e literatura, moda e teatro.

Participação em encontros e seminários:

- 15/09- Macapá (AM) - Reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais da Cultura
- 26/09 – Florianópolis (SC): Seminário organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina para debater a elaboração de uma política institucional de Cultura para a Universidade.
- 27/09 – São Paulo (SP): Seminário “Metas do PNC” organizado pela Representação Regional São Paulo do MinC, na Sala Funarte. O debate aconteceu com a rede de 162 municípios das regiões metropolitana de São Paulo, Vale do Paraíba e metropolitana de Campinas, além de artistas, produtores, Pontos de Cultura e os diversos segmentos da cultura.
- 28/09 – Aracajú (SE): IV Fórum de Políticas Culturais. Evento organizado pela Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe.
- 06/10 – Rio de Janeiro (RJ): Seminário “As Metas do PNC e o SNC”. Seminário organizado pela Representação Regional do Ministério da Cultura do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Das 92 prefeituras do estado, 78 (cerca de 85%) enviaram gestores, artistas, produtores e representantes dos pontos de cultura para o debate. O evento foi transmitido ao vivo pelo twitcam.
- 10/10 – Belo Horizonte (MG): Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Evento realizado a convite da deputada Luzia Ferreira, vice-presidente da Comissão de Cultura da ALMG para discutir o Plano Nacional de Cultura e suas metas. O evento foi transmitido ao vivo pela TV e webTV da ALMG.

- 11/10 – Porto Alegre (RS): Seminário “As Metas do PNC e o SNC”. Dentro do projeto “Encontros com o Ministério da Cultura”, organizado pela Representação Regional Sul. Contou com a presença de gestores municipais, artistas e produtores culturais.
- 13/10 – São Carlos (SP): Seminário “As Metas do PNC e o SNC”. Evento transmitido ao vivo pelo twitcam, o seminário foi organizado pela Representação Regional São Paulo, e a Coordenadoria de Artes e Cultura de São Carlos.
- 15/10 – São Paulo (SP): Seminário “As Metas do PNC e o SNC”. Organizado pela Casa Fora do Eixo, foi uma oportunidade para que produtores culturais pudessem esclarecer dúvidas, trocar experiências e contribuir ao processo de definição das metas do PNC. Com transmissão ao vivo pela web.
- 17 e 18/10 – Foz do Iguaçu (PR): Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas. O evento foi realizado durante a Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos e teve por objetivo a elaboração de proposta de projetos e parcerias entre as cidades integrantes do nosso Fórum e também a elaboração de propostas de cooperação e parcerias entre o Fórum e o MinC.
- 18/10 – Belém (PA): Seminário “As Metas do PNC e o SNC”. Evento realizado pela Representação Regional Norte, promoveu o encontro entre representantes do MinC, gestores, líderes e representantes do setor cultural da região, para discutir o SNC e as metas do PNC. Com transmissão pela web.
- 19/10 – Campina Grande (PB): Seminário “As Metas do PNC”. Realizado pela Secretaria de Cultura da Paraíba em parceria com a Representação Regional Nordeste do MinC. O evento foi transmitido ao vivo pela web e contou com a presença de cerca de cem pessoas de 29 municípios paraibanos, entre gestores, professores, representantes do legislativo e executivo, produtores, artistas e agentes culturais.
- 20/10 – Fortaleza (CE): Apresentação do Plano Nacional de Cultura pelo Secretário Sérgio Mamberti no Seminário Políticas Públicas para as Crianças, destinado a gestores estaduais e municipais de políticas públicas para a infância do Estado do Ceará e representantes das universidades sediadas no Ceará que formam recursos humanos para atuar na área de políticas públicas para a infância.
- 21/10 – Recife (PE): Apresentação do Plano Nacional de Cultura pelo Secretário Sérgio Mamberti em encontro organizado pela Representação Regional do Nordeste do MinC. Contou com a presença de gestores culturais municipais e representantes dos movimentos culturais pernambucanos.

A consulta representou uma oportunidade para dar visibilidade, legitimidade e transparência ao processo de consolidação do Plano Nacional de Cultura, política de Estado cujas metas projetam o cenário cultural para os próximos anos e servem de referência para garantir o compromisso dos governos seguintes com uma política de longo prazo para o setor.

Todas as contribuições recebidas foram analisadas e culminaram num conjunto de propostas que foi discutido com um grupo qualificado de pessoas representantes da sociedade e do Estado, durante uma oficina realizada em Brasília nos dias 7 e 8 de novembro de 2011. Esta oficina, que teve como objetivo o aperfeiçoamento das metas a partir do resultado da consulta pública, reuniu todos os representantes do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), representantes dos colegiados setoriais e do Ministério da Cultura e suas instituições vinculadas. Nela foi analisar a primeira versão das metas do PNC e as contribuições colhidas no processo de consulta pública (plataforma digital, seminários, fóruns, grupos de trabalho, etc.), com vistas a consolidar um conjunto de sugestões que subsidiaram o Ministério da Cultura na elaboração da versão final.

A versão final produzida a partir das recomendações da Oficina foi pactuada dentro do governo e encaminhada ao Conselho Nacional de Política Cultural para apreciação. Durante a 16ª Reunião

Ordinária do CNPC, os membros deste conselho se debruçaram sobre a proposta e após dois dias de encontro e propostas de aperfeiçoamento, os conselheiros aprovaram o documento final.

Em 13 de dezembro 2011, a Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, assinou a portaria (nº 123) que autoriza a publicação das metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), bem como a que dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Após as metas publicadas a Coordenação-Geral de Acompanhamento da Política Cultural começou a elaborar uma metodologia para seu monitoramento. Ainda em 2011 foi feita uma classificação preliminar das metas aprovadas e desenvolvido um cronograma para o seu monitoramento a partir de 2012.

- Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais - Coordenação-Geral de Cultura Digital:

Diante do desafio de desenvolver o SNIIC, a Coordenação-Geral trabalhou na definição do conceito do sistema, na sua articulação com o Sistema MinC e, em colaboração com a CGTI, na busca por um arranjo que pudesse viabilizar a consecução do projeto.

Paralelo a isso, foram mantidos contatos com a Coordenação Técnica do Sistema de Informações Culturais do Mercosul (SICSUR) para a continuação do projeto, que culminou na realização de uma Reunião Técnica no Rio de Janeiro, em dezembro de 2011, com a presença dos 10 países participantes do projeto.

À parte disso, a Coordenação-Geral de Cultura Digital trabalhou conjuntamente com a Diretoria de Direitos Intelectuais em determinados pontos do processo de elaboração da Nova Lei de Direitos Autorais, mais especificamente no tocante ao desenvolvimento de uma proposta contendo um registro unificado de conteúdos digitais e um sistema de licenças públicas para o ambiente digital.

As ações do Programa de Pesquisa em Inovação, Arte e Tecnologia, que ocorre por meio de Termo de Cooperação com a RNP- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, continuaram no ano de 2011. O Programa envolve a conexão das instituições do Sistema MinC a redes de alta velocidade e no desenvolvimento dos projetos das Redes de Laboratórios de Arte, Tecnologia e Inovação e dos Cinemas Universitários Conectados.

- Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura

Com o intuito de estruturar as linhas de ação da Diretoria, de construir uma Política Nacional de Cultura para a Educação e desenvolver um plano de atuação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação no período de 2011 a 2014, foram realizadas reuniões de articulação com grande parte dos órgãos do Sistema MinC, o Ministério da Educação e CAPES, foram formalizados convênios para auxiliar no mapeamento de ações que promovam a interface entre cultura e educação e termo de cooperação a Universidade de Brasília. Em 2011, foi assinado o Acordo de Cooperação 001/2011 entre os Ministérios da Cultura e da Educação para promoção de ações conjuntas, diminuindo assim o distanciamento histórico entre as duas pastas decorrente do desmembramento das áreas ligadas à cultura no antigo Ministério de Educação e Cultura, ocorrido em 1985, quando o ex-Presidente José Sarney criou o Ministério da Cultura.

A partir desse acordo, está previsto para 2012 o lançamento de editais conjuntos com o Ministério da Educação para ações culturais realizadas dentro das escolas públicas brasileiras. Para isso, a Diretoria formalizou um convênio para realizar o mapeamento e georreferenciamento das iniciativas que promovem a interface entre Cultura e Educação e outro para pesquisa-ação em iniciativas educacionais que promovam a interface entre cultura e educação formal.

A pauta de cultura para comunicação tem objetivo de fomentar iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão cultural e do direito à comunicação, na medida em que há o reconhecimento de que a forma para o exercício desses atributos não está dada em iguais

condições. Ela visa promover maior circulação de vozes, incentivando a manifestação e expressão da pluralidade cultural brasileira, observadas as diferenças regionais do país e culturais, em especial, com relação aos segmentos vulneráveis no tocante às questões de comunicação, como mulheres, negros e negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, rurais, portadores de deficiências, dentre outros

Nesse sentido, foram iniciados os trabalhos de articulação com o Ministério das Comunicações e com as pró-reitorias de universidades federais e instituído Grupo de Trabalho para a formulação de políticas transversais na área de cultura e comunicação, no âmbito do MinC, (Portaria 549, D.O.U 02/04/2011). Destaca-se nesse sentido a formalização de Termo de Cooperação com a Fiocruz para realização de Oficina de Indicação de Políticas Públicas de Cultura e Comunicação, que atualmente se encontra em pré-produção e será realizado em 2012.

- **Diretoria de Direitos Intelectuais:**

Como efeito das mudanças decorrentes da nova composição de poder advinda da eleição presidencial de 2010, o Ministério da Cultura recebeu novo ministro e, como consequência, substituiu-se a equipe dirigente da DDI, ou seja, três coordenadores-gerais e um diretor. Somou-se a essa mudança a saída de quatro técnicos, o que configurou um total de oito substituições em 2011, praticamente renovando 60% da equipe técnica.

A DDI direcionou seus esforços, durante o ano de 2011, para a conclusão do processo de formulação do Anteprojeto de Lei de direito de autor, o alicerçamento das bases para desenvolver um sistema de registro de obras integrado e para o aprimoramento da gestão coletiva no País. Em outubro de 2011, após aprofundados trabalhos técnicos e com aprofundados debates e consultas aos membros do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) e outros setores do Governo, o Ministério da Cultura encaminhou a versão final do anteprojeto da Lei de Direito Autoral, revisão esta prevista no PPA 2008-2011 como parte do trabalho a ser realizado no âmbito das competências da DDI. Dessa maneira, abriu-se em 25 de abril de 2011 um período para recebimento das contribuições de toda a sociedade, ao Anteprojeto de Lei. Os interessados tiveram até o dia 30 de maio para enviar suas contribuições. O período de sugestões — cujo objetivo foi o de aperfeiçoar o texto — deu início à última etapa de elaboração da proposta final que deveria ser apresentada pelo governo ao Congresso Nacional.

Enfrentou, também, o desafio de compreender e esboçar soluções, em termos das políticas e da regulação públicas, para o impacto da internet sobre os direitos autorais.

A participação da DDI nas negociações internacionais configurou uma área estratégica de trabalho, não apenas pela designação legal de competência e missão institucional, mas também porque a propriedade intelectual e o direito autoral demandam e possuem uma regulação internacional, uma vez que têm por objeto bens considerados globais, ou seja, bens econômicos que por sua natureza imaterial têm dimensão, naturalmente, transfronteiriça.

Acompanhamento Legislativo

Parte importante das atividades realizadas no ano de 2011 foi a participação da Diretoria nos trabalhos do Congresso Nacional referentes à estrutura e a conjuntura do direito autoral, notadamente àquelas que dizem respeito à gestão coletiva do direito autoral na área da música. A participação foi especialmente fermentada pelo debate, de ampla repercussão pública, sobre a gestão do ECAD, que demandou um trabalho de aprofundamento da matéria pertinente à estrutura própria de arrecadação e distribuição e a uma análise dos aspectos econômicos e concorrenciais envolvidos.

Organização de eventos

O Ministério da Cultura, por meio da Diretoria de Direitos Intelectuais, realizou nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2011, em Brasília/DF, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, o Seminário “A Modernização da Lei de Direitos Autorais: Contribuições Finais para o Anteprojeto

de Lei”. O referido Seminário fez parte da última etapa de elaboração da proposta final que revisa a Lei de Direitos Autorais que então seria apresentada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional e teve como objetivo finalizar o processo colaborativo de elaboração e aperfeiçoamento do APL que altera e acresce dispositivos à Lei n. 9610/98.

Missões Internacionais

No âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o Brasil deu continuidade a negociações referentes: às temáticas do direito autoral e das Expressões Culturais Tradicionais.

No âmbito do Comitê Permanente de Direito Autoral – (Standing Committee on Copyright and Related Rights – SCCR) a Diretoria teve participação ativa nas negociações de três possíveis novos instrumentos internacionais: um no âmbito das limitações e exceções referente a pessoas com dificuldades para leitura (pessoas com deficiência visual, disléxico, dentre outros); um para a proteção de artistas e intérpretes do audiovisual e, ainda, um para a proteção dos organismos de radiodifusão.

No âmbito das negociações em torno das limitações e exceções ao direito autoral, o Brasil foi, juntamente com o Equador, co-autor de um texto para arquivos e bibliotecas.

Com respeito ao instrumento internacional para artistas e intérpretes do audiovisual, é de se destacar que na última reunião da Assembléia Geral da OMPI foi aprovada a convocação de uma conferência diplomática com o fito de deliberar sobre a criação ou não de um novo tratado. Esta Conferência realizar-se-á em junho próximo em Pequim, China.

O posicionamento brasileiro, manifesto então nas negociações, foi o de não assumir uma posição de bloqueio explícito ao Tratado, sem, no entanto, abrir mão de alguns princípios que vem adotando historicamente nos últimos anos: o papel das limitações e exceções; os valores expresso na Agenda para o Desenvolvimento da OMPI.

Para tal a DDI participou de reuniões com o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) que subsidiaram as ações internacionais executadas por esta Coordenação.

Ademais, o Ministério da Cultura do Brasil se fez representar no Fórum Internacional de Avignon – França que tratou dos desafios contemporâneos para a cultura advindos do ambiente digital.

Organização da Biblioteca da Diretoria de Direitos Intelectuais

A Diretoria de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura é detentora de um considerável acervo bibliográfico, herança do antigo CNDA - Conselho Nacional dos Direitos Autorais, de grande valor histórico, contendo exemplares, quase na sua totalidade, de obras cujos temas tratam de Direitos Autorais e outros temas correlatos, sendo inclusive algumas obras consideradas raras e outras que foram sendo adquiridas no decorrer destes últimos anos pela própria Diretoria.

Grande parte desse acervo é herança do antigo Centro Brasileiro de Informações sobre Direitos Autorais (CBI), cuja criação se deu por meio da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973 e que foi posteriormente revogada pela Lei nº 9.610, de 98. Atualmente o acervo é usado apenas pelos próprios Técnicos da área, quando do desenvolvimento de seus trabalhos e pesquisas.

Todo esse Acervo, contendo 1.708 volumes foi organizado, catalogado pelo nome do autor, título da obra e ano de publicação. Para cada exemplar foi utilizada uma numeração seqüencial.

Para controle, tem-se utilizado uma planilha criada especificamente para facilitar a localização de cada exemplar e o empréstimo é realizado mediante assinatura do solicitante num termo de compromisso.

Todo esse trabalho foi realizado com a orientação da Diretoria de Gestão Interna (DGI), visando, num futuro próximo, a inclusão desse acervo no patrimônio geral do Ministério da Cultura.

Edital do Livro Acessível nº 001/SPC-SAI

Em decorrência de várias reuniões ocorridas entre a Secretaria-Executiva, a Diretoria de Direitos Intelectuais/DDI e a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura/DLLL, foi decidido que a DLLL ficaria então responsável por dar continuidade à execução dos processos referentes ao Edital, que foi publicado no ano de 2010, e que teve por objeto beneficiar 10 entidades que foram identificadas e que possuíam a capacidade, no Brasil, de ampliar a disponibilidade de livros acessíveis aos deficientes visuais. Para tanto foram repassados diretamente à DLLL, recursos no valor total de R\$ 773.091,80.

Edital de Gestão Coletiva

O Concurso Público de Estímulo à Gestão Coletiva de Direitos Autorais foi publicado com o objetivo de apoiar entidades de gestão coletiva de direitos autorais, que são instituições privadas, sem fins lucrativos, constituídas como associações para a defesa dos interesses dos autores de determinada área cultural e para o exercício solidário dos direitos autorais individuais. São também responsáveis pela emissão de autorizações e licenças para o uso das obras intelectuais em sua área de atuação, bem como realizam o recolhimento dos valores relacionados ao uso de obras protegidas.

Atualmente o recolhimento de direitos autorais está bem consolidado na área musical, por meio do ECAD, e assim a proposta foi colocada no sentido de promover a criação, implementação e modernização de entidades de gestão coletiva de direitos autorais em outras áreas e segmentos culturais, como audiovisual, literatura, artes visuais, etc.

Quando do recebimento das propostas, deveriam ter sido pré-selecionadas três entidades, aos quais se planejava conceder, por meio da apresentação de um Plano de Trabalho, o valor de R\$ 200 mil para cada uma, perfazendo um total de R\$ 600 mil.

Os recursos seriam oriundos do Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC), Ação Promoção de Negócios de Economia da Cultura.

No entanto, em decorrência da vedação legal do Acórdão nº 1554/2011, em que o Tribunal de Contas da União/TCU recomendou ao Ministério da Cultura que se abstivesse de realizar Convênios ou Repasses de recursos objetivando estruturar entidades privadas, o Edital de Gestão Coletiva não logrou êxito, tendo a Consultoria Jurídica indicado, por estas razões, o seu cancelamento, que foi devidamente autorizado pelo Secretário de Políticas Culturais, tendo sido tornado público por meio do Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2011, Seção 03, página 79.

Ao final da gestão passada, a rede CulturaDigital.BR se posicionou como a experiência mais inovadora do governo em termos de utilização do potencial interativo da rede. Pela qualidade da articulação empreendida, conseguiu reunir em seu ambiente os 3 principais debates de marco regulatório que definem o ambiente nacional para a Internet: Marco Civil, Direitos Autorais, Banda Larga.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Diferentemente de 2010, em 2011 a SPC não possuiu Programa de Governo sob sua responsabilidade, uma vez que a execução do Programa Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC, por meio da Portaria nº 56 de 17 de junho de 2011, foi transferida para a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID).

A SPC, por meio da gestão das Ações sob sua responsabilidade, contribuiu com a execução de dois programas: o 0173 – Gestão da Política de Cultura, cujo responsável é o Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz; e o 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento

Científico e Tecnológico, cujo responsável é Luiz Antônio Rodrigues Elias, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. As informações sobre os responsáveis foram extraídas do SIGPLAN, em 15/03/2012.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

2-QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
13	422	0173	2D79	A	3	Unidade	1	1	1
13	392	0173	4821	A	3	-	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
13	121	0173	6619	A	3	Unidade	1	Em implantação	1
13	572	0461	4655	A	3	Unidade	1	0	1
13	126	0461	4172	A	3	Unidade	10	27	3

Fonte: Sigplan

Observação: A SPC também realizou empenhos na Ação 4796 - Fomento a Projetos em Arte e Cultura que previa recursos na Unidade Orçamentária 42101 (Administração Direta do MinC). Essa Ação Orçamentária tem sua execução compartilhada pela Secretaria Executiva e por outras UJs da administração direta desta pasta. Todavia, a SPC não é a Unidade responsável por sua gestão e, dessa maneira, a forma de utilização da Ação 4796 para custeio de projetos por esta Secretaria estará explicitada no corpo do texto deste Relatório de Gestão.

Ação 2D79 – Formulação e Gestão da Política de Direitos Autorais

As atividades que compuseram o programa 0173, de competência da Diretoria de Direitos Intelectuais, em 2011, estão compreendidas na ação 2D79 prevista no PPA: “Formulação e Gestão da Política de Direitos Autorais” e que é direcionada especificamente para a formulação da política pública de direito autoral. A realização dessas atividades envolveu, principalmente, recursos humanos, ou seja, o trabalho dos técnicos da DDI, além da estrutura física da Diretoria, ficando os recursos financeiros limitados à emissão de diárias e passagens domésticas e internacionais e a um Termo de Cooperação formalizado com a Universidade Federal de Santa Catarina para realização do V Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, realizado em Florianópolis, entre os dias 31/10 e 01/11 de 2011.

Essa Ação abrangeu todas as atividades executadas pela DDI em 2011, como a revisão e elaboração de marcos legais do Direito Autoral, os subsídios fornecidos aos órgãos governamentais em matérias de interesse público com interface na área de direitos autorais, a realização de seminários, palestras, conferências nacionais e internacionais; o desafio de ouvir a sociedade sobre a revisão da Lei Autoral e o papel do Estado brasileiro neste setor; as negociações sobre tratados e acordos internacionais, cujos resultados repercutem em nossa legislação nacional; a qualificação de quadros técnicos responsáveis pela gestão, dentre outras.

A meta física, que previa 1 (uma) política formulada, foi atingida ainda em 2010 com a composição do anteprojeto da lei de direitos autorais. Em outubro de 2011, após aprofundados trabalhos técnicos e com aprofundados debates e consultas aos membros do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) e outros setores do Governo, o Ministério da Cultura encaminhou a versão final do anteprojeto da Lei de Direito Autoral, revisão esta prevista no PPA 2008-2011 como parte do trabalho a ser realizado no âmbito das competências da DDI.

Ação 4821 – Formulação, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Culturais

A ação 4821 não prevê metas físicas no PPA. Essa Ação custeou a maior parte das atividades da Secretaria de Políticas Culturais em 2011, inclusive valores pagos em diárias e passagens. Destaca-

se que houve forte contingenciamento do limite financeiro em 2011 e o montante que foi efetivamente liberado para a Secretaria não superou metade do valor total aprovado na LOA em 2011 em todas as Ações Orçamentárias sob sua responsabilidade. A restrição financeira mencionada não foi aplicada ao Fundo Nacional de Cultura.

A Ação assim custeou o empenho e o repasse financeiro das duas primeiras parcelas do Termo de Parceria assinado com a OSCIP Via Pública (Processo 01400.017490/2010-13, Pronac 11.3663), que visa o desenvolvimento de estudos, pesquisas, produção e divulgação de informações, conhecimentos tecnológicos e científicos e metodologias de gestão adequadas ao desenvolvimento, consolidação e implementação do Plano Nacional de Cultura, incluindo a criação de plataforma de rede social para abrigar o processo de debate e acompanhamento referente à implementação do Plano Nacional de Cultura, em apoio às ações neste âmbito desenvolvidas pelo Ministério da Cultura e o Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Também custeou a montagem de stand do Ministério da Cultura na 2ª Conferência Nacional Livre da Juventude (Processo 01400.042084/2011-70), acatando a Secretaria solicitação de apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nela foram empenhadas as primeiras parcelas de convênios firmados com o Instituto Lidas (Objeto: mapeamento e georeferenciamento das iniciativas que promovam a interface entre cultura e educação. Processo 01400.040848/2011-92, Pronac 11.14433) e com a Associação Casa das Artes de Educação e Cultura (Objeto: Pesquisa ação em iniciativas que promovam a interface entre cultura e educação, Processo 01400.040428/2011-14, Pronac 1113727).

Por meio de dois Termos de Cooperação, foram descentralizados recursos à Universidade de Brasília para realização do Encontro de Saberes (Termo de Cooperação 003/2011, Processo 01400.027555/2011-10) e à Fundação Oswaldo Cruz (Termo de Cooperação 002/2011, Processo 01400.027555/2011-10) para realização da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas para Cultura e Comunicação. Os dois eventos estão em fase de pré-produção e serão realizados em 2012.

A SPC apoiou a Secretaria da Identidade e da Diversidade, por meio da Ação 4821, para produção de publicação em inglês e espanhol do Plano de Economia Criativa - Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014, com tiragem de 5.000 exemplares. A despesa, realizada mediante contrato, foi empenhada em 2011 no valor de R\$ 110.000,00.

Em 2011, a SPC promoveu o pagamento de 10 prêmios de R\$ 10.000,00 aos contemplados no Edital SPC nº 003 — Prêmio de Pesquisa em Cultura – Políticas Públicas de Cultura. Esse edital fora publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2010 e empenhado também no mesmo ano, tendo o repasse financeiro realizado em 2011, conforme Processo 01400.006878/2010-99.

Ação 6619 – Sistema Nacional de Informações Gerenciais e Culturais

Não houve execução nesta Ação em 2011 uma vez que o montante financeiro contingenciado e efetivamente liberado em 2011 foi utilizado apenas na Ação 4821 (o montante liberado para utilização pela Secretaria de Políticas Culturais coube integralmente no limite orçamentário da Ação 4821). A restrição financeira mencionada não foi aplicada ao Fundo Nacional de Cultura.

Ação 4796 - Fomento a Projetos de Arte e Cultura

O Programa Engenho das Artes (1142) visa estimular a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais. Tendo a Secretaria deixado de apoiar projetos finalísticos diretamente e delegado as questões relacionadas à Economia da Cultura para outra Secretaria, de acordo com as orientações estratégicas da atual gestão, a SPC diminuiu consideravelmente a quantidade de novas transferências voluntárias e outros instrumentos apoiados com recursos da Ação 4796 – Fomento a Projetos de Arte e Cultura. No entanto, ainda deu continuidade a compromissos anteriormente assumidos.

O convênio nº 732974/2010 com a Bambina Ação Cultural e Associados tem como objetivo o Projeto Editorial Publicações e Revistas do Teatro Brasileiro para a publicação de 18 números consecutivos da Revista de Teatro – SBAT, com a tiragem bimestral de 5 mil exemplares por número no período de 3 anos, mais a produção e a publicação de 3 mil exemplares do livro Dramaturgia Brasileira. Foi empenhada a 2ª parcela do convênio em dezembro de 2011 mas os recursos financeiros serão repassados em 2012. Sua vigência expira em 28/07/2013.

O Projeto Laboratório de Dramaturgia, realizado através de convênio nº 736976/2010, consiste na criação de um pólo cultural voltado para estímulo, pensamento, discussão e difusão da dramaturgia brasileira com a participação direta dos artistas e dos membros do conselho da SBAT. Visa as seguintes atividades no período de 2 anos: Centro de Estudos e Pensamentos; Site de dramaturgia; e Prêmio SBAT de dramaturgia. Tudo isso para difundir o conhecimento acumulado e estimular a profissionalização das novas gerações. Foi empenhada a 2ª parcela do convênio em dezembro de 2011 mas os recursos financeiros serão repassados em 2012. Sua vigência expira em 30/08/2012.

Ao longo de 2011, foram cancelados alguns convênios firmados em anos anteriores em virtude de verificação de conformidade processual e de restrições orçamentárias, a saber:

- a) O convênio nº 749368/2010 com Associação Brasileira de Estilistas (ABEST) foi anulado por determinação do Secretário Executivo por meio da Portaria 543, de 01 de agosto de 2011, com fulcro no parágrafo 1º do art. 50 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, sem repasse de recursos;
- b) Convênio nº 750867/2010 formalizado com o Instituto E foi denunciado por determinação do Secretário Executivo por meio da Portaria 543, de 01 de agosto de 2011, com fulcro no art. 50 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, sem repasse de recursos;
- c) Convênio nº 753071/2010 com o Núcleo de Qualificação de Empreendimentos da Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro é um projeto da Secretaria de Estado de Cultura do Rio e foi denunciado por determinação do Secretário Executivo por meio da Portaria 543, de 01 de agosto de 2011, com fulcro no art. 50 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, sem repasse de recursos; e
- d) os Convênios de nº 753965/2010 e 752845/2010 com a Associação Cultural de Estudos Contemporâneos (ACEC) foram denunciados amigavelmente devido a impropriedades processuais e pela desistência do proponente para realização do projeto, não tendo ocorrido repasse de recursos.

Ainda no âmbito da ação de Fomento a Projetos de Arte e Cultura, a Secretaria de Políticas Culturais gerencia em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) contrato para instalação do Cais do Sertão Luiz Gonzaga, na região portuária de Recife-PE, objeto do Contrato nº 62/2010, para elaboração de seu projeto arquitetônico.

O pagamento de cada uma das parcelas está condicionado à apresentação dos produtos contratados. Assim, o 2º produto (Projeto Básico) foi apresentado à Secretaria de Políticas Culturais em novembro de 2010, porém, ao ser submetido à análise por parecerista especializado, foi constatada a ausência dos projetos Expográfico, Fundações, Telefônico, Lógica, Sonorização, Incêndio, Drenagem Pluvial, Luminotécnico, Paisagismo, Layout e Mobiliário Especial. Conforme explicações do contratado, a complementação do Projeto Básico com essas peças documentais depende da finalização de projetos de sondagem e de conteúdo museológico, os quais estão sendo elaborados pelas instituições Porto de Recife e Porto Digital, ambas também conveniadas por outras Secretarias do Ministério da Cultura.

Sendo assim, para impedir que ocorram mais atrasos na execução desse instrumento, a Secretaria de Políticas Culturais propôs o pagamento de 50% dos recursos referentes à 2ª parcela, tendo em vista que parte do Projeto Básico foi apresentado. O pagamento do percentual restante ficou condicionado à apresentação do 2º produto completo, o qual contemplará os projetos ausentes

apontados no Parecer Técnico elaborado, em um prazo estipulado de 30 dias após o recebimento dos projetos de sondagem e de conteúdo museológico.

No tocante a termos de cooperação formalizados, houve descentralização de crédito para a Universidade Federal de Goiás, por meio do Termo de cooperação 001/2011, que visou a realização do Projeto "SBPC CULTURAL na 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência", cujo tema foi Universidade Viva, Cultura Plural, realizada no período de 10 a 15 de julho de 2011, no Campus da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia.

Por fim, foram empenhados R\$ 2.195.000,00 referentes à aquisição de licença de uso de software por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 04/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, para o desenvolvimento do SNIIC. O software permitirá a captura e organização de dados culturais que, uma vez estruturados e publicados, serão fonte de informações para nortear a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de cultura, com destaque ao Plano Nacional de Cultura, e para incentivar as dinâmicas da sociedade civil.

Ação 4655 - Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP – OS e Ação 4172 - Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

As Ações 4655 - Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP – OS e Ação 4172 - Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa fazem parte do programa 0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico sob a gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A SPC, por meio de Termo de cooperação assinado em 2010 com o MCTI, faz uso do contrato de gestão daquela pasta com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), para ações ligadas à cultura digital. No entanto, em 2011, devido a contingenciamento financeiro, não houve execução financeira nas Ações Orçamentárias 4655 e 4172, a não ser de Restos a Pagar de 2010. Conforme mencionado anteriormente, o montante financeiro liberado para a SPC em 2011 provocou com que as únicas ações orçamentárias utilizadas fossem a 4821 e a 2D79.

Visando institucionalizar e aprofundar a relação com o MCTI e o MEC, ainda em 2008, o Ministério da Cultura sinalizou o interesse em integrar o Programa Interministerial de Manutenção e Desenvolvimento da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (PIMM/RNP). Assim, foi formalizado o Termo de Cooperação nº 005/2010 MinC/MCTI/RNP, que tem por objeto o desenvolvimento de um Programa de Pesquisa e Inovação em Cultura, Arte e Tecnologia, inicialmente composto dois projetos: a implantação de uma rede de laboratórios experimentais em arte, cultura e tecnologia e a implantação de uma rede de cinemas digitais universitários. O valor acordado era de R\$ 4.200.000,00, que foi empenhado em 2010, mas cujo montante financeiro não foi efetivamente repassado ao MCTI no mesmo ano. Assim, os valores inscritos em restos a pagar de R\$ 2.500.000,00 (Ação 4655) e R\$ 1.300.000,00 (Ação 4172) foram descentralizados ao MCTI apenas em novembro de 2011, uma vez que o MinC não dispunha de limite financeiro para honrar o compromisso até o penúltimo trimestre de 2011. Os R\$ 400.000,00 restantes para completar o valor total do termo assinado porém não foram descentralizados pois eles constavam na LOA 2010 como bens de capital, o que ocasionou recusa de recebimento por parte do MCTI.

Rede de Cinemas Digitais Universitários

O projeto busca ampliar o uso da conexão da Cinemateca Brasileira à infraestrutura de rede avançada operada pela RNP, conexão esta efetivada em 2009 como uma das ações previstas no projeto-piloto do Ministério da Cultura com a RNP. Essa iniciativa do Ministério da Cultura é um importante passo para que o país possa contar com soluções para distribuição de conteúdos audiovisuais por meio de redes ópticas. Em 2011, houve a customização da plataforma de Intercâmbio de Conteúdos Digitais (ICD) para a Cinemateca Brasileira, visando promover a apropriação da aplicação pela instituição de acordo com as suas especificidades. O Trabalho de

customização iniciado em 2011 permitirá a comunicação da Cinemateca Brasileira com os domínios de televisões públicas – TVs educativas e TVs universitárias – que já utilizam a aplicação ICD para o intercâmbio de conteúdos.

Serviços disponibilizados à Cinemateca Brasileira por meio da RNP

A RNP, no âmbito do Acordo de Cooperação com o MCTI, promoveu a disponibilização de máquina servidora para instalação da aplicação na Cinemateca Brasileira Atividades e o suporte de primeiro nível para usuários do serviço na Cinemateca no período de 12x7 (Service Desk disponível para contato das 8h00 às 22h00) e de segundo nível no período 12x5 para correção de bugs da aplicação

Cinemas universitários

Foi realizado levantamento da situação dos cinemas universitários das Instituições Federais de Ensino Superior. Ele buscou identificar quais instituições possuem cinemas; em quais campi universitários ele está localizado; em qual instituto/centro ele se encontra; o responsável pela administração da sala e da rede e como o cinema está conectado à rede da universidade.

Rede de Laboratórios Experimentais em Arte, Cultura e Tecnologia.

O projeto é convergente com a demanda de uma significativa comunidade de produtores e pesquisadores em arte e tecnologia existente no Brasil a qual necessita de espaços equipados, capazes de suportar o desenvolvimento de projetos experimentais, testes de softwares e de hardwares, bem como a realização de obras e espetáculos. Esta proposta converge também com a intenção do Ministério da Cultura em qualificar as suas unidades da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) distribuídas nas cidades de Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, ampliando a capacidade delas em dar suporte às ações de Arte e Tecnologia. Em 2011, destacam-se as seguintes ações: Realização de visita à Funarte Brasília e elaboração de Projeto Básico para a conexão física da unidade às redes Gigacandanga (metropolitana) e Ipê (backbone nacional); realização de visita à Funarte Belo Horizonte e elaboração de Projeto Básico para a conexão física da unidade às redes Redecomep BH (metropolitana) e Ipê (backbone nacional); produção do Seminário “Desafios da Arte em Rede: I Rodada em Cultura, Arte, Tecnociência e Inovação”, composto por duas mesas temáticas e espetáculo de arte telemática distribuído entre as cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza; realização da oficina, em 03/12, para apresentação da plataforma Arthron e levantamento de subsídios que orientarão a customização da ferramenta para a rede de laboratórios. O Arthron é uma ferramenta computacional, desenvolvida pelo Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital da Universidade Federal da Paraíba em parceria com a RNP, para a execução de performances artísticas que utilizam representações midiáticas e o compartilhamento de espaços reais e virtuais em tempo-real.

2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

3-QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Cultura	42101	420028
Fundo Nacional de Cultura	42902	340028

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

4-QUADRO A.2.4.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES – 420028

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LO A	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	26.040.000	22.860.810
	PLOA		-	-	-	-	26.040.000	-
	LOA		-	-	-	-	26.040.000	22.860.810
CR ÉDI TO S	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	1.570.000
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	26.040.000	24.430.810	

Fonte: Siafi

5-QUADRO A.2.4.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES – 340028 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LO A	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	8.000.000	-
	PLOA		-	-	-	-	8.000.000	-
	LOA		-	-	-	-	8.000.000	-
CR ÉDI TO S	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	8.000.000	-	

Fonte: Siafi

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

6-QUADRO A.2.5.1 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL – 420028

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LO A	Dotação proposta pela UO		600.000	900.000	-	-	-	-
	PLOA		600.000	900.000	-	-	-	-
	LOA		600.000	900.000	-	-	-	-
CR ÉD IT OS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	3.596.774	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		600.000	4.496.774	-	-	-	-	

Fonte: Fonte: Siafi

7-QUADRO A.2.5.2 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL – 340028 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LO A	Dotação proposta pela UO		3.000.000	-	-	-	-	-
	PLOA		3.000.000	-	-	-	-	-
	LOA		3.000.000	-	-	-	-	-
CR ÉD IT OS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		3.000.000	-	-	-	-	-	

Fonte: Fonte: Siafi

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

8-QUADRO A.2.6.1 RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA – 420028

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LO A	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-
CR ÉD IT OS	Suplementares		-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	

Fonte: Siafi

9-QUADRO A.2.6.2 RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS – 340028 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LO A	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-
CR ÉD IT OS	Suplementares		-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	

Fonte: Siafi

Análise Crítica

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA: Com relação à compatibilidade dos limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário em relação às necessidades de crédito da UO, depreende-se que os valores foram integralmente aprovados no PLOA e na LOA, sem haver mais o que ser destacado.

Houve incremento de aproximadamente 14% (quatorze por cento), em relação a 2010, no volume de recursos orçamentários na Programação de Despesas Correntes do Ministério da Cultura e a manutenção de rubrica para despesas de Capital em 2011, ainda que em montante menor que o valor proposto e aprovado em 2009. O incremento nas despesas correntes e a manutenção de recursos orçamentários para despesas de capital no ano de retratam a ampliação do escopo das ações da SPC, tendo em vista os objetivos propostos na primeira parte deste documento.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas

10-QUADRO A.2.7.1 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – 420028
– MINISTÉRIO DA CULTURA

Valores
em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153163 - Universidade Federal de Santa Catarina	42101 - 1342201732D790001			90.000,00
	Concedidos	254420 - Fiocruz/Presidência	42101 - 13392017348210001			464.800,00
	Concedidos	154040 - Fundação Universidade de Brasília	42101 - 13392017348210001			210.000,00
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi

11-QUADRO A.2.7.2 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA - 340028 – Valores em FUNDO NACIONAL DE CULTURA R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153052 – Universidade Federal de Goiás - UFGO	42101 13392114247960001			297.848,16
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Siafi

Análise Crítica

Com relação às movimentações orçamentárias, destaca-se que não foram recebidos recursos mas apenas concedidos. As movimentações ocorreram para que a Secretaria de Políticas Culturais realizasse seus objetivos no ano de 2011, principalmente no que tange à orientação estratégica da nova gestão para promoção de ações conjuntas entre cultura e educação.

Por meio de dois Termos de Cooperação, foram descentralizados recursos à Universidade de Brasília para realização de uma nova edição do Encontro de Saberes, que levará para as salas de aula da universidade os mestres de ofício e artes das culturas populares e indígenas, e à Fundação Oswaldo Cruz para realização da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas para Cultura e Comunicação. Ambos os projetos estão em fase de pré-produção e serão realizados em 2012.

Foi efetuada também descentralização de Crédito Orçamentário para a Universidade Federal de Santa Catarina, em parcela única, no valor total de R\$ 90.000,00 para realização do V Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, realizado em Florianópolis, entre os dias 31/10 e 01/11 de 2011.

Com recursos do FNC foram descentralizados créditos para a Universidade Federal de Goiás, também por meio de Termo de cooperação, para manutenção de parceria histórica entre o MinC e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no apoio à programação cultural de seu encontro anual, que se realizou em Goiânia entre os dias 10 e 15 de julho de 2011.

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

12-QUADRO A.2.8.1 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ – ADMINISTRAÇÃO DIRETA - 420028

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	485.110,16	602.579,07	101.713,60	499.212,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	485.110,16	602.579,07	101.713,60	499.212,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	269.939,40	825.000,00	247.882,08	758.797,11
Dispensa	269.939,40	825.000,00	247.882,08	758.797,11
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	254.370,15
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	184.326,73	299.802,14	184.326,73	254.370,15
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	184.326,73	299.802,14	184.326,73	254.370,15
Outros	2.862.572,91	16.029.444,25	2.233.652,91	11.427.858,39
Não se aplica	2.862.572,91	16.029.444,25	2.233.652,91	11.427.858,39
Totais	3.343.839,12	17.756.825,46	2.767.575,32	12.940.237,65

Fonte: Siafi Gerencial

13-QUADRO A.2.8.2 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ – FUNDO NACIONAL DE CULTURA - 340028

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	2.195.000,00	2.225.766,90	0,00	2.222.326,52
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.195.000,00	2.225.766,90	0,00	2.222.326,52
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	1.684.000,00	0,00	494.400,00
Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade	0,00	1.684.000,00	0,00	494.400,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.278.658,00	13.782.772,54	0,00	7.029.687,20
Não se aplica	1.278.658,00	13.782.772,54	0,00	7.029.687,20
Outros	3.473.658,00	17.692.539,44	0,00	9.746.413,72

Fonte: Siafi

14-QUADRO A.2.9.1 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ – ADMINISTRAÇÃO DIRETA - 420028

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	3.664,6	17.457,2	3.644,6	17.457,2	1.061,3	4.771,1	2.583,2	12.685,8
41 - TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	22,47	023,32	22,47	023,32	73,88	55,82	48,59	67,50
31 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.646,4	14.858,0	2.646,4	14.858,0	628,920	3.838,0	2.017,5	11.020,7
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	76,98	844,07	76,98	844,07	,00	53,95	56,98	90,12
Demais elementos do grupo	485,110	445,838	485,110	445,838	383,396	98,515,	101,713	347,323,
	,16	,2	,16	,2	,56	03	,60	17
Demais elementos do grupo	296,939	648,740	296,939	648,740	49,057,	71,054,	247,882	577,685,
	,40	,87	,40	,87	32	93	,08	94
Demais elementos do grupo	216,095	1.503,6	216,095	1.503,6	0,00	763,531	216,095	740,068,
	,93	00,18	,93	00,18		,91	,93	27
Totais	3.644,6	17.457,2	3.644,6	17.457,2	1.061,3	4.771,1	2.583,2	12.685,8
	22,47	023,32	22,47	023,32	73,88	55,82	48,59	67,50

Fonte: Siafi Gerencial

15-QUADRO A.2.9.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ – FUNDO NACIONAL DE CULTURA - 340028

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	3.473,6	16.008,0	3.473,6	16.008,0	3.473,6	6.756,5	0,00	9.252,01
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	58,00	539,44	58,00	539,44	58,00	25,72		3,72
41 - TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	2.195,0	2.225,7	2.195,0	2.225,7	2.195,0	3.440,3	0,00	2.222,3
3º elemento de despesa	00,00	66,90	00,00	66,90	00,00	8		26,52
Demais elementos do grupo	1.278,6	13.782,0	1.278,6	13.782,0	1.278,6	6.753,0	0,00	7.029,6
	58,00	772,54	58,00	772,54	58,00	85,34		87,20
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	3.473,6	16.008,0	3.473,6	16.008,0	3.473,6	6.756,5	0,00	9.252,01
	58,00	539,44	58,00	539,44	58,00	25,72		3,72

Fonte: Siafi Gerencial

16-QUADRO A.2.10.1 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – 420028

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi Gerencial

17-QUADRO 2.10.2 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ – FUNDO NACIONAL DE CULTURA - 340028

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	0,00	1.684.000,00	0,00	1.684.000,00	0,00	1.189.600,00	0,00	494.400,00
51 - OBRAS E INSTALACOES	0,00	1.684.000,00	0,00	1.684.000,00	0,00	1.189.600,00	0,00	494.400,00
41 - TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	1.684.000,00	0,00	1.684.000,00	0,00	1.189.600,00	0,00	494.400,00

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica

Neste ponto, cabe destacar a grande diferença percentual entre os valores liquidados e pagos nos anos de 2010 e 2011 tanto na Administração Direta quanto no Fundo Nacional de Cultura. Em 2011 as despesas liquidadas e pagas na Administração Direta foram aproximadamente 81% menores do que o verificado em 2010. O mesmo se verifica quando abordamos a despesa liquidada com recursos do FNC, cuja diferença negativa em 2011 foi de aproximadamente 80%.

O fato decorre de três motivos: o primeiro se refere ao elevado contingenciamento orçamentário/financeiro ocorrido em 2011. Como mencionado anteriormente, o limite financeiro imposto à SPC em 2011 fez com que, na Administração Direta, a Secretaria somente se utilizasse das Ações 4821 e 2D79 para efetivar suas realizações pois o teto financeiro reduzido fez com que não pudessem ser empenhadas quaisquer despesas nas outras Ações orçamentárias sob responsabilidade da Secretaria.

O segundo se refere à redefinição das atribuições da SPC em 2011, que deixou de apoiar projetos finalísticos nas diferentes áreas da cultura, diferentemente de 2009 e 2010.

Em terceiro, há que se levar em conta que 2011 foi o primeiro ano de mandato da nova Chefe de Estado e que isso provoca a redefinição de equipes, programas de governo e prioridades, o que, via de regra, causa atrasos na execução das ações.

Em se tratando da diminuição da execução orçamentária com recursos do FNC em 2011, além dos motivos expostos, destacam-se também a revisão completa dos termos de transferência voluntária de recursos formalizados em anos anteriores, tanto por iniciativa da atual gestão como por determinação presidencial, por meio dos Decretos 7.592 de 28 de outubro de 2011, 7.594 de 31 de outubro de 2011 e 7.641, de 12 de dezembro de 2011.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

18-QUADRO A.2.11.1 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA - 420028 Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros	0,00	1.452.920,00	0,00	1.452.920,00
Não se aplica	0,00	1.452,920,00	0,00	1.452.920,00
Totais	0,00	1.452.920,00	0,00	1.452.920,00

Fonte: Siafi Gerencial

19-QUADRO A.2.11.2 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS
CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – FUNDO NACIONAL DE CULTURA
– 340028

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	515.625,00	0,00	0,00
Não se aplica	0,00	515.625,00	0,00	0,00
Totais	0,00	515.625,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

20-QUADRO A.2.12.1 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE
DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO
DIRETA - 420028

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	0,00	1.452,92	0,00	1.452,92	0,00	1.452,92	0,00	0,00
41 - TRANSFERÊNCIAS CONS.PÚBLICOS		1.452,92		1.452,92		1.452,92		
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	0,00	1.452,92	0,00	1.452,92	0,00	1.452,92	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

21-QUADRO A.2.12.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE
DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO – FUNDO NACIONAL
DE CULTURA - 340028

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	0,00	515.625,00	0,00	515.625,00	0,00	515.625,00	0,00	0,00
41 - TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	0,00	515.625,00	0,00	515.625,00	0,00	515.625,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	515.625,00	0,00	515.625,00	0,00	515.625,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

22-QUADRO A.2.13.1 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE
DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO ADMINISTRAÇÃO -
DIRETA - 420028

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

23-QUADRO A.2.13.2 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO ADMINISTRAÇÃO - DIRETA - 340028

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica

Os quadros demonstram o que já foi citado anteriormente no tocante à mudança de diretriz estratégica da Secretaria, que em 2011 deixou de priorizar o apoio a projetos finalísticos na área da cultura. Os montantes caracterizados como Outros na tabela se referem a convênios formalizados.

Em virtude da publicação dos Decretos 7.592 de 28 de outubro de 2011, 7.594 de 31 de outubro de 2011 e 7.641, de 12 de dezembro de 2011, os termos de transferência voluntária de recursos passaram por escrutínio rigoroso, o que provocou a reavaliação de convênios vigentes e eventualmente o seu cancelamento.

Conforme solicitado na Portaria TCU Nº 123, de 12 de maio de 2011, cabe neste ponto destacar que o limite financeiro imposto à SPC em 2011 fez com que, na Administração Direta, a Secretaria somente se utilizasse das Ações 4821 e 2D79 para efetivar suas realizações. Essa restrição fez com que não pudessem ser empenhadas quaisquer despesas nas outras Ações orçamentárias sob responsabilidade da Secretaria. Informamos que a SPC, no início de 2011, em virtude dessa alteração em sua missão, não recebeu formalmente do órgão setorial de planejamento orçamentário um montante definido para utilização de recursos do FNC. O executado em 2011 obteve expressa indicação da Secretaria-Executiva para sua realização.

Em 2012, espera-se que a Secretaria possa lançar mão de forma integral dos valores propostos na LOA para executar seus objetivos.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Em 2011, de maneira a aferir o desempenho institucional da Secretaria, foram utilizados três indicadores.

O primeiro tem fulcro na Lei 12.343 de 02 de dezembro de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura que em seu § 2º, art. 11, estabelece que “As metas de desenvolvimento institucional e cultural para os 10 (dez) anos de vigência do Plano serão fixadas pela coordenação executiva do

Plano Nacional de Cultura - PNC a partir de subsídios do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e serão publicadas em 180 (cento e oitenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei”. Assim, com relativo atraso mas ainda dentro da vigência de 2011, no dia 13 de dezembro, a Ministra de Estado da Cultura lançou oficialmente as 53 metas do Plano Nacional de Cultura; tendo a SPC, que gerenciou todo o processo de consulta pública e consolidação do material, atingido plenamente o comando da Lei.

Ligado à mencionada Lei, a SPC instituiu um outro indicador institucional interno para 2011 ligado à Gratificação de Desempenho por Atividades Culturais (GDAC), do quadro de servidores efetivos do Ministério da Cultura: Finalização da 2ª versão das metas do Plano Nacional de Cultura e submissão à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Políticas Culturais. Essa meta era desdobrada em quatro fases — 1) Elaboração da 1ª versão das metas = 30% da meta institucional; 2) Realização de consulta pública = 30% da meta institucional; 3) realização de oficina presencial = 30% da meta institucional; e 4) a própria finalização da 2ª versão das metas e sua apresentação no Conselho Nacional de Políticas Culturais = 10% da meta institucional. A meta foi integralmente concluída em 28 de novembro de 2011.

Por fim, a reforma da Lei Autoral, proposta como estratégia de ação para o PPA 2008-2011, foi concluída com a finalização do anteprojeto de Lei Autoral. Em outubro de 2011, após aprofundados trabalhos técnicos e com aprofundados debates e consultas aos membros do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) e outros setores do Governo, o Ministério da Cultura encaminhou a versão final do anteprojeto da Lei de Direito Autoral.

Destaca-se que as metas institucionais utilizadas pela SPC em 2011 tiveram sua mensurabilidade muito efetiva, baseada em comandos legais por um lado e validada em ações concretas de outro. A publicação das metas do Plano Nacional de Cultura e o envio do anteprojeto de Lei Autoral, estabelecidos em Lei, estimularam a gestão e a participação da equipe da Secretaria.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

24-QUADRO A.4.1.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UG 420028 – MINISTÉRIO DA CULTURA

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	272.160,00	-	272.160,00	-
2009	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	4.498.995,82	3.898.809,92	505.967,71	94.218,19
2009	683.309,23	657.709,23	25.600,00	-
Observações:				

Fonte: Siafi Gerencial

25-QUADRO A.4.1.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS
 ANTERIORES UG 340028 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	515.625,00	-	-	515.625,00
2009	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	7.946.125,72	4.351.674,54	1.079.440,00	2.515.011,18
2009	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica

Com relação à evolução da estratégia de pagamento de restos a pagar adotada pela SPC, cabe destacar que 2011 foi um ano em que, além dos objetivos e metas alcançados pela Unidade e mencionados anteriormente, foi realizada uma profunda análise dos termos de transferência voluntária de recursos firmados em anos anteriores, motivada tanto pelos Decretos do Executivo para escrutínio e verificação de regularidade desses termos como pela diminuição do orçamento da SPC. Dessa maneira, depreende-se das tabelas A.4.1.1 e A.4.1.2 que a Secretaria promoveu o cancelamento de aproximadamente 87% dos empenhos em Restos a Pagar na UG 420028 (Direta) e 55% na UG 340028 (FNC). O saldo a pagar em 31/12/2011 na UG 420028 se refere a empenhos emitidos para pagamento de despesas referentes a deslocamento de servidores, principalmente a parcela de participação da Secretaria em contrato com empresa licitada de turismo que emite os bilhetes aéreos de todo o Ministério. Segundo à área responsável pela gestão do mencionado contrato, no início de 2012, após análise de eventuais passivos financeiros com a empresa contratada, a Secretaria poderá liquidar os Restos a Pagar na UG 420028, seja por meio de pagamento ou de seu cancelamento.

Já na UG 340028, a maior parte do saldo a pagar na Tabela A.4.1.2, em Restos a Pagar não Processados, no valor de R\$ 2.378.500,00, trata-se de dois convênios já formalmente denunciados de números 753965/2010 e 752845/2010, o que ocasionará o cancelamento dos empenhos no início de 2012. O saldo remanescente nessa conta, de R\$ 136.511,18, trata-se de contratos vigentes que serão finalizados em 2012. Na conta Restos a Pagar Processados, o saldo a pagar de R\$ 515.625,00 se refere a convênio que passa por análise e cuja decisão final será exarada no primeiro semestre de 2012.

É preciso destacar neste ponto que no último ano da gestão anterior, 2010, o Ministério da Cultura recebeu um grande reforço orçamentário, principalmente no Fundo Nacional de Cultura, o que provocou grande aumento na quantidade de termos e no montante de recursos repassados a terceiros por meio de transferências voluntárias de recursos. Isso provocou uma quantidade excessiva de empenhos em restos a pagar, ocasionando assim uma “dívida” financeira em 2011 muito prejudicial para a nova gestão que assumiu a pasta no novo Governo eleito em 2010. Na SPC, isso ocasionou com que mais da metade do orçamento autorizado na LOA não pudesse ser utilizado em virtude do excessivo montante em Restos a Pagar contraídos anteriormente.

5. Informações sobre recursos humanos

26-QUADRO A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	não há	26	3	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	não há	26	3	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	19	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	4	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	3	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	não há	26	3	3

Fonte: Siape-Extrator

27-QUADRO A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4 Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	3
3.1 De ofício, no interesse da Administração	1
3.2 A pedido, a critério da Administração	2
3.3 A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4 A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5 A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1 Doença em pessoa da família	0
4.2 Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2 Serviço militar	0
5.3 Atividade Política	0
5.4 Interesses Particulares	1
5.5 Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	6

Fonte: Siape-Extrator

28-QUADRO A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	25	24	19	7
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	25	24	19	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	3	1	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	4	3	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	3	3	0
1.2.4. Sem vínculo	0	14	12	4
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	0	1	1	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1	1	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	25	25	20	7

Fonte: Siape-Extrator

29-QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	6	3	5	1	1
1. Provedimento de cargo efetivo	6	3	5	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	1
1.2. Servidores de Carreira	6	3	5	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	2	11	7	4	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	10	7	4	0
2.3. Funções gratificadas	0	1	0	0	0
3. Totais (1+2)	8	14	12	5	1

Fonte: Siape-Extrator.

30-QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	0	0	5	11	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	1	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	4	11	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	0	3	20	0	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	19	0	1	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	1	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	8	31	0	1	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares ; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7- Aperfeiçoamento/Especialização / Pós- Graduação; 8 - Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape-Extrator.

31-QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	01	0
1.1 Voluntária	1	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	01	0
2.1 Voluntária	01	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	02	0

Fonte: Siape

32-QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	0	0
3. Total (1+2)	0	0

Fonte: Siape

33-QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	274.202,54	0	39.344,46	10.973,69	54.610,88	18.575,00	177.323,59	0	0	575.030,16
	2010	66.156,68	0	14.819,20	3.018,51	0	2.580,00	25.565,88	0	0	112.140,27
	2009	24.551,40	0	15.801,43	7.382,28	0	0	11.280,00	0	0	59.015,11
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	45.198,70	0	5.611,26	1.870,41	3.044,00	1.116,00	11.796,00	0	0	68.636,37
	2010	5.646,31	0	717,74	0	0	303,00	2.105,28	0	0	8.772,33
	2009	54.165,84	0	3.114,44	902,17	0	0	15.891,20	0	0	74.073,65
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	111.693,45	836.757,89	93.982,77	32.715,12	290.317,99	14.287,00	86.131,99	0	794,88	1.466.681,09
	2010	138.548,90	796.765,09	86.252,00	18.936,92	0	5.083,00	74.417,40	0	0	1.120.003,31
	2009	154.649,94	906.057,23	95.249,64	23.257,70	0	0	67.837,46	0	0	1.247.051,98
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	10.978,94	14.151,71	5.048,52	1.748,86	4.328,43	0	7.417,95	0	0	43.674,41
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	60.563,28	0	3.131,09	998,71	0	0	24.766,81	0	0	89.459,89

Fonte: Siape

34-QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Apoio Técnico Operacional I	0	0	3	0	0
Apoio Técnico Operacional II	0	0	10	0	0
Apoio Técnico de Infra-Estrutura	0	0	0	0	0
Recepcionista	0	0	0	0	0
Secretário(a) Pleno(a)	0	0	0	0	0
Secretária Sênior	0	0	0	0	0
Técnico de Nível Médio	0	0	0	0	0
Técnico de Nível Superior	0	0	0	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Substituição de terceirizados: Foi realizado concurso público em 2010 para substituição da mão de obra terceirizada conforme disposto na Portaria MP nº 54/2009, Portaria MP/CGU nº 494/2009, Portaria Minc nº 360, de 25 de agosto de 2010. O processo de substituição foi finalizado em 2010, com o desligamento de todos os contratados de forma irregular.					

35-QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U de publicação da dispensa
BÁRBARA DA ROSA DAMAZIO	Apoio Técnico Operacional II	25 de agosto de 2010
DANIELA TORRES FERREIRA	Apoio Técnico Operacional II	25 de agosto de 2010
GEISA TEIXEIRA SANTOS DE MACEDO	Apoio Técnico Operacional II	25 de agosto de 2010
IEDA MARIA SARAIVA FIGUEIREDO	Apoio Técnico Operacional II	25 de agosto de 2010
JAMYLE SILVA GUIMARÃES ROMERO	Apoio Técnico Operacional I	25 de agosto de 2010
JUCILENE JOSEFA BEZERRA SOARES	Apoio Técnico Operacional II	25 de agosto de 2010
MAGNUN ALVES RIBEIRO	Apoio Técnico Operacional II	25 de agosto de 2010
MICHELE PONCEM DE MACÊDO MELLO	Apoio Técnico Operacional II	25 de agosto de 2010
WESLEY SIDNEI SOARES DA SILVA	Apoio Técnico Operacional II	25 de agosto de 2010
WILLIAM PELAEZ AZEVEDO DIAS	Apoio Técnico Operacional I	25 de agosto de 2010

Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CDPE/CGEP/DGI/SE-MinC

6. Informações sobre transferências de recursos

36-QUADRO A.6.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 420028

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Secretaria de Políticas Culturais										
CNPJ: 01.264.142/0001-29					UG/GESTÃO: 420028/00001					
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	704644	04601275000131	ESPACO CULTURAL PES NO CHAO	562.466,00	112.500,00		269.979,60	03/11/2009	13/02/2012	Em execução
1	704682	00401376000108	SECRETARIA DE CULTURA - SECULT	780.000,00	180.000,00		380.000,00	16/11/2009	08/06/2011	Aguardando Prestação de Contas
1	704762	83722462000140	FUNDACAO CATARINENSE DE CULTURA	713.950,00	142.790,00	272.160,00	713.950,00	15/10/2009	05/10/2012	Em execução
1	711157	01204099000106	FUNDACAO IBERE CAMARGO	375.000,00	75.000,00		300.000,00	15/12/2009	23/05/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
1	724197	42429480000150	FUNDACAO UNIVERSITARIA JOSE BONIFACIO	550.000,00	200.000,00		190.000,00	21/12/2009	29/05/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
1	726093	05576331000198	TELEVISAO AMERICA LATINA	3.001.650,00	600.350,00		2.401.300,00	30/12/2009	01/04/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
1	731964	53255451000136	ASSOCIACAO TEATRO OFICINA UZYNA UZONA	9.482.320,00	2.029.400,00		7.452.920,00	19/03/2010	15/02/2011	Aguardando Prestação de Contas
1	732128	08304046000106	ASSOCIACAO DE FOTOGRAFOS FOTOTECH	1.207.925,09	255.600,00		952.325,09	22/04/2010	22/09/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
1	733216	10848646000187	AGENCIA DE DESENVOLV ECO DE PERNAMBUCO S A-AD/DIPER	735.000,00	200.000,00		535.000,00	11/06/2010	27/08/2011	Prestação de Contas enviada para Análise

1	749296	54131545000166	FUNDACAO ECONOMIA DE CAMPINAS	2.396.200,00	317.800,00		598.700,00	08/10/2010	08/10/2012	Em execução
1	749999	00367651000114	ASSOCIACAO DE AMIGOS DO M D A M D RIO DE JANEIRO ASSMAM	887.600,00		302.615,00	887.600,00	16/11/2010	28/08/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
1	754873	8965671000107	INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA, MODA E DESIGN - INBRACULTMODE	218.928,00	119.948,00	98.980,00	98.980,00	30/12/2010	28/12/2011	Aguardando Prestação de Contas
1	763021	5750554000120	ASSOCIACAO CASA DAS ARTES DE EDUCACAO E CULTURA	1.199.999,44	199.999,44			30/12/2011	01/02/2013	Em execução
1	763256	38890000000187	INSTITUTO LIDAS	776.955,00	89.850,00			30/12/2011	27/01/2013	Em execução
3	00002	33781055000135	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	581.000,00		581.000,00	581.000,00	21/11/2011	21/11/2012	Em execução
3	00003	00038174000143	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	520.204,84				12/12/2011	12/12/2011	Em execução
3		83899526000182	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	90.000,00		90.000,00	90.000,00	27/11/2011	27/04/2012	Em execução

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Siconv

37-QUADRO A.6.1.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 340028

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Secretaria de Políticas Culturais										
CNPJ: 03.221.904/0001-35				UG/GESTÃO: 340028/00001						
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	704644	04601275000131	ESPACO CULTURAL PES NO CHAO	562.466,00	112.500,00		89.993,20	03/11/2009	13/02/2012	Em execução
1	719202	68314830000127	FUNDACAO DE APOIO A UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	985.000,00	200.000,00		785.000,00	21/12/2009	17/05/2012	Em execução
1	721794	60991585000180	FUNDACAO BIENAL DE SAO PAULO	1.203.125,00	240.625,00		962.500,00	28/12/2009	04/04/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
1	721907	60991585000180	FUNDACAO BIENAL DE SAO PAULO	5.000.000,00	1.000.000,00		4.000.000,00	28/12/2009	29/09/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
1	722256	60991585000180	FUNDACAO BIENAL DE SAO PAULO	1.171.875,00	234.375,00		421.875,00	28/12/2009	05/02/2012	Em execução
1	723568	67640441000714	LARAMARA ASSOCIACAO BRASILEIRA ASSISTENCIA DEFIC VISUAL	1.271.187,50	265.000,00		1.006.187,50	28/12/2009	25/01/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
1	725570	04822785000139	CENTRO DE REFERENCIA DA JUVENTUDE	500.000,00	100.000,00		400.000,00	31/12/2009	22/04/2011	Aguardand o Prestação de Contas
1	728884	58923780000121	ASSOCIACAO COLLEGIUM MUSICUM DE SAO PAULO	6.250.000,00	1.250.000,00		5.000.000,00	31/12/2009	31/10/2011	Aguardand o Prestação de Contas
1	732749	11320280000131	INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL DEPTO DE PERNAMBUCO	1.154.900,00	230.980,00		923.920,00	10/05/2010	02/01/2011	Prestação de Contas enviada para Análise

1	732974	05431017000117	BAMBINA ACAA CULTURAL ASSOCIADOS	2.693.740,00	538.748,00		1.049.304,00	15/06/2010	28/07/2013	Em execução
1	736976	30714257000176	ESE EMPREENDEMENTOS TEATRAL E CULTURAL ASSOC DE ESPECTADORES	2.306.260,00	461.252,00		916.434,00	08/07/2010	30/08/2012	Em execução
1	743294	01852738000140	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIO EDUCATIVO E CULTURAL DA BAHIA	335.550,00	67.110,00		268.440,00	02/08/2010	15/04/2011	Aguardando Prestação de Contas
1	748692	08946222000103	INICIATIVA CULTURAL - INSTITUTO DAS INDUSTRIAS CRIATIVAS	687.560,00	137.560,00		550.000,00	03/09/2010	31/08/2011	Aguardando Prestação de Contas
3	00001	1567601000143	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	360.000,00	60.000,00	300.000,00	300.000,00	07/07/2011	15/07/2012	Em execução

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Siconv

38-QUADRO A.6.2.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS - 420028

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Políticas Culturais					
CNPJ:	01.264.142/0001-29					
UG/GESTÃO:	420028/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	2	10	9	673.755,00	17.171.865,09	0,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	3			671.000,00		
Termo de Compromisso						
Totais	5	10	9	1.344.755,00	17.171.865,09	0,00

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Siconv

39-QUADRO A.6.2.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS - 340028

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Políticas Culturais					
CNPJ:	03.221.904/0001-35					
UG/GESTÃO:	340028/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	14	13	0,00	18.501.568,30	1.614.266,57
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1			300.000,00		
Termo de Compromisso						
Totais	1	14	13	300.000,00	18.501.568,30	1.614.266,57

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Siconv

40-QUADRO A.6.3.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTEs - 420028

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Políticas Culturais					
CNPJ: 01.264.142/0001-29				UG/GESTÃO: 420028	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	5	5.449.571,00	1.439.839,60	1.687.102,00	26%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	3	1.191.204,84	90.000,00		8%
Termo de Compromisso					
Totais	8	6.640.775,84	1.529.839,60	1.687.102,00	23%

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

41-QUADRO A.6.3.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTEs – 340028

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Políticas Culturais					
CNPJ: 03.221.904/0001-35				UG/GESTÃO: 340028/00001	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	5	7.719.341,00	3.262.606,20		42%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1	300.000,00	300.000,00		100%
Termo de Compromisso					
Totais	6	8.019.341,00	3.562.606,20	0,00	44%

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

42-QUADRO A.6.4.1 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO,
TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE - 420028

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Políticas Culturais					
CNPJ: 01.264.142/0001-29			UG/GESTÃO: 420028/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	6	x	x
		Montante Repassado	5.953.610,09	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	x	x
		Montante Repassado	7.832.920,00	x	x
2010	Contas prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	8	x	x
		Montante Repassado	3.143.363,00	x	x
2009	Contas prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

43-QUADRO A.6.4.2 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO,
TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE - 340028

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Políticas Culturais					
CNPJ: 03.221.904/0001-35			UG/GESTÃO: 340028/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	4	x	x
		Montante Repassado	6.892.607,50	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	4	x	x
		Montante Repassado	6.618.440,00	x	x
2010	Contas prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	x	x
		Montante Repassado	5.130.600,00	x	x
2009	Contas prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	3	x	x
		Montante Repassado	4.609.002,57	x	x
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

44-QUADRO A.6.5.1 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE
CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - 420028

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Políticas Culturais					
CNPJ: 01.264.142/0001-29		UG/GESTÃO: 420028/0001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			6	x
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	x	x
			Contas Não analisadas	x	x
		Montante repassado (R\$)		x	x
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	x	x
			Quantidade Reprovada	x	x
			Quantidade de TCE	x	x
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	6	x
	Montante repassado (R\$)		5.953.610,09	x	
	2010	Quantidade de contas prestadas			x
Contas analisadas		Quantidade Aprovada		x	x
		Quantidade Reprovada		x	x
		Quantidade de TCE		x	x
Contas NÃO analisadas		Quantidade		x	x
		Montante repassado (R\$)		x	x
2009	Quantidade de contas prestadas			x	x
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		x	x
		Quantidade Reprovada		x	x
		Quantidade de TCE		x	x
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		x	x
		Montante repassado		x	x
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		x	x
		Montante repassado		x	x

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

45-QUADRO A.6.5.2 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - 340028

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Políticas Culturais					
CNPJ: 03.221.904/0001-35		UG/GESTÃO: 340028/00001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			4	x
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	x	x
			Contas Não analisadas	x	x
		Montante repassado (R\$)		x	x
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	x	x
			Quantidade Reprovada	x	x
			Quantidade de TCE	x	x
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	4	x
			Montante repassado (R\$)	6.892.607,50	x
	2010	Quantidade de contas prestadas			x
Contas analisadas		Quantidade Aprovada		x	x
		Quantidade Reprovada		x	x
		Quantidade de TCE		x	x
Contas NÃO analisadas		Quantidade		x	x
		Montante repassado (R\$)		x	x
2009	Quantidade de contas prestadas			x	x
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		x	x
		Quantidade Reprovada		x	x
		Quantidade de TCE		x	x
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		x	x
		Montante repassado		x	x
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		x	x
		Montante repassado		x	x

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Crítica

Não houve convenientes que ficaram na situação de inadimplentes. Em 2011, conforme Portaria 604/MPOG de 28 de dezembro de 2011, a formalização de empenhos foi autorizada até o dia 31 de dezembro do mesmo ano.

Devido ao aumento do orçamento do MinC em 2010 e da orientação estratégica da Secretaria para aquele ano, foram formalizados muitos convênios de valores elevados com características finalísticas (apoio direto a projetos culturais); diferentemente de 2011. Nesse ponto há que se destacar que, em 2010, os montantes transferidos na UG 420028 e 340028 somam mais de R\$ 35 milhões. Já em 2011, os montantes financeiros repassados por meio de convênios representaram 1,89% do que fora repassado no ano anterior. Nesse ano, houve pequena quantidade de instrumentos de repasse firmados, seja por meio de convênio ou termos de cooperação, devido tanto

a contingenciamento financeiro como dos decretos de análise de regularidade de transferências voluntárias publicados no segundo semestre.

2011 foi um ano em que o regramento legal para realização de transferências voluntárias recrudescer de maneira a coibir a má aplicação dos recursos públicos o que exigiu da Secretaria um esforço adicional de capacitação para atender a todas as exigências impostas pelas inovações na legislação para assinatura de seus novos convênios e termos.

Quanto à gestão de prestações de contas, a situação permaneceu praticamente a mesma de 2010, em que a Secretaria não dispôs de servidores para execução de prestação de contas, mesmo solicitando formalmente à CGEP a disponibilização de servidor do quadro para assumir a tarefa. A falta de pessoal qualificado para essa atividade atinge não só a SPC como todas as Secretarias do MinC, tanto que foi proposto ao MPOG a realização de concurso para sanar o passivo existente. Atualmente, para mitigar esse problema, a SPC está promovendo a capacitação de uma servidora efetiva, formada em contabilidade e egressa do último concurso realizado pela pasta, para em futuro próximo assumir a prestação de contas. Além disso, a SPC tem contado com pareceristas financeiros, do cadastro da pasta, para auxiliar na análise da documentação encaminhada pelos convenientes.

Nos novos instrumentos de transferência firmados, até por exigência da legislação recente, que incluiu funcionalidades de fiscalização no Siconv, foram formalmente designados servidores para realizar a atividade, que se juntam ao esforço realizado pelo Gabinete da Secretaria e sua assessoria para coibir irregularidades. Adicionalmente, tem-se promovido ao máximo possível a capacitação dos servidores em cursos presenciais e à distância para as atividades de gestão de repasses. As atividades de fiscalização in loco da Secretaria dispõem de recursos orçamentários para pagamento de passagens e diárias.

7. Atestados referentes às informações disponibilizadas no SIASG e SICONV




Ministério da Cultura
Secretaria - Executiva
Diretoria de Gestão Interna
Coordenação - Geral de Atendimento, Documentação e Prestação de Contas
Coordenação de Gestão de Contratos

DECLARAÇÃO

Eu, Vivianne Moreira Lima, gestora responsável pela inclusão e atualização dos dados no sistema. CPF nº788.023.503-53, Coordenadora-Substituta de Gestão de Contratos, exercido na Coordenação - Geral de Atendimento, Documentação e Prestação de Contas/DGI, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 02 de fevereiro de 2012.


Vivianne Moreira Lima
CPF nº 788.023.503-53

Coordenadora-Substituta de Gestão de Contratos
CGAD/DGI



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS
Ed. Parque Cidade Corporate SCS Qd 09, Lote C, Torre B - 10º Andar
CEP 70308-200. Brasília- DF
Telefones (61) 2024-2225/2144
Fax (61) 2024 2180
www.ctdtura.gov.br

DECLARAÇÃO

Eu, Sérgio Duarte Mamberti, CPF nº 067.185.078-49, Secretário, exercido na Secretaria de Políticas Culturais declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade, exceto os firmados com base na Instrução Normativa nº 01. de 15 de janeiro de 1997, da STN, estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 27 de março de 2012.

Sérgio Duarte Mamberti
067.185.078-49

Secretário de Políticas Culturais/UG 420028

8. Declarações de bens e rendas

46-Quadro A.8.1 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	0	0
	Entregaram a DBR	20	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Siape-Extrator

Na Secretaria de Políticas Culturais, o acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendias (DBR) de todos os servidores obrigados pela Lei nº 8.730/93 se dá anualmente por meio de cobrança realizada pelo Gabinete da Secretaria — listagem com todos os obrigados e controle da entrega. As declarações recebidas em mídia papel são então encaminhadas à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGEP) do MinC que procedem a sua análise e guarda nos assentamentos individuais de cada servidor. Ressalta-se que a Secretaria não realiza análises nas DBR entregues para identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

No caso de servidor não cumprir a obrigação de entregar a DBR, tanto a CGEP quanto o Gabinete da Secretaria realizam cobrança até que se cumpra o estabelecido na legislação. Na SPC, o gerenciamento da entrega se dá por listagem simples, não havendo sistema informatizado para esse fim.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

47-Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		

7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Parte B

1. Declaração do contador responsável pela UJ

(Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010)



MINISTÉRIO DA CULTURA
 Secretaria Executiva
 Diretoria de Gestão Estratégica
 Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
 Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Políticas Culturais			420028
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	28/02/2012
Contador Responsável	Odenia Bruzzi Morais Cândido	CRC nº	6.839-DF

Odenia Bruzzi Morais Cândido
 Odenia Bruzzi Morais Cândido
 Coordenadora de Contabilidade
 CGOF/DGE/SE/MinC
 CRC/DF nº 6839

iv Resultados e Conclusões

Em 2011, foi cumprida grande parte dos objetivos pré-estabelecidos para o ano.

Houve a divulgação das metas para os 10 anos seguintes do Plano Nacional de Cultura. Na área de Direitos Autorais, o anteprojeto da Lei Autoral foi encaminhado para a Casa Civil. A cultura digital, mesmo com uma frente informal, ganhou espaço dentro da Secretaria e continua se expandindo, como demonstrado nos relatos acima. A busca pela implementação de uma agenda conjunta entre o MinC e o MEC foi iniciada formalmente com a assinatura do Acorde Cooperação nº 01/2011.

Em 2012, a SPC dará continuidade às ações previstas na Lei 12.343/2010 (PNC), com ênfase nos instrumentos de gestão do plano, na implementação do SNIIC e no auxílio à formulação dos planos estaduais e municipais de cultura.

Todavia, ressalta-se já que, segundo novas diretrizes, a SPC terá caráter eminentemente articulador, como previsto em seu novo regimento interno em tramitação. A Secretaria, na medida do possível, encerrará os compromissos assumidos em instrumentos de repasse formalizados em anos anteriores e articular-se-á com outras secretarias de caráter finalístico para realização das ações previstas no PNC.

Em 2012, espera-se que a Secretaria possa lançar mão de forma integral dos valores propostos na LOA e tenha sua estrutura reforçada para executar seus objetivos.

30.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

(Parte C, Item 38, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010)

48-Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício

Informações da entidade parceira	CNPJ	04546064/0001-43		
	Nome	VIA PUBLICA- INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA GESTAO PUBLICA E DAS ORGANIZACOES DE INTERESSE PUBLICO		
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	Federal		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	Foi publicado no DOU nº 96 de 20 de maio de 2011, Seção 3, folha 151, pelo Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público - VIA PÚBLICA, o Ato de 1 de Maio de 2011 para regulamentar o procedimento de aquisição de bens e contratação de serviços financiados com verbas advindas do Termo de Parceria firmado com o Ministério da Cultura, 755424/2011. O regulamento está dividido em nove capítulos, a seguir: considerações gerais, Modalidades e Aplicação, Inexigibilidade e Dispensa de seleção, dos Responsáveis pelo julgamento, das condições de participação nos procedimentos, dos recursos, das disposições finais.		
Informações do Termo de Parceria	Número	755424/2011		
	Data Celebração	25/04/2011		
	Registrado no SICONV?	Sim. Nº 755424/2011		
	Forma de escolha da entidade parceira	Chamamento Público		
	Objeto	Desenvolvimento de estudos, pesquisas, produção e divulgação de informações, conhecimentos tecnológicos e científicos e metodologias de gestão adequadas ao desenvolvimento, consolidação e implementação do Plano Nacional de Cultura, incluindo a criação de plataforma de rede social para abrigar o processo de debate e acompanhamento referente à implementação do Plano Nacional de Cultura, com base em ferramentas de interatividade e governança colaborativa, em apoio às ações neste âmbito desenvolvidas pelo Ministério da Cultura e o Conselho Nacional de Políticas Culturais		
	UJ Parceira	Nome	Secretaria de Políticas Culturais	
		UG SIAFI	420028	
	Período Vigência	Início	25/04/2011	
		Fim	25/04/2013	
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	R\$ 3.991.773,82	
Da Entidade		R\$ 260.314,92		

49-Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	VIA PUBLICA- INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA GESTAO PUBLICA E DAS ORGANIZACOES DE INTERESSE PUBLICO		
CNPJ	04546064/0001-43		
Valores Repassados no exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	
Fevereiro		Agosto	
Março		Setembro	
Abril		Outubro	
Maió	R\$ 1.274.828,43	Novembro	
Junho		Dezembro	R\$ 742.728,55
Total	-	Total	R\$ 2.017.556,98

50-Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Membros da Comissão			Ato de designação
Nome	CPF	Órgão que representa	
1.Rafael Pereira Oliveira - Titular	591.601.959-91	Ministério da Cultura	Portaria nº 1, de 5/8/2011, DOU de 8/8/2011
2. Ariana Carvalho de Souza - Suplente	303.863.168-05	Ministério da Cultura	Portaria nº 1, de 5/8/2011, DOU de 8/8/2011
3.Jefferson Dantas Navolar - Titular	275.441.179-87	Conselho Nacional de Política Cultural/CNPC	Portaria nº 1, de 5/8/2011, DOU de 8/8/2011
4.Michel Claude Julien Etlin - Suplente	004.857.138-53	Conselho Nacional de Política Cultural/CNPC	Portaria nº 1, de 5/8/2011, DOU de 8/8/2011
5.Ceres Prates	056.709.358-10	OSCIP Via Pública	Portaria nº 1, de 5/8/2011, DOU de 8/8/2011